



**Impresso Especial**  
9912215938/2008 DR/PR  
CONSELHO REGIONAL DE  
MEDICINA VETERINÁRIA DO  
ESTADO DO PARANÁ  
///CORREIOS///

FECHAMENTO AUTORIZADO  
PODE SER ABERTO PELA ECT



# Plataforma garante transparência na gestão agropecuária nacional



3

Editorial

Palavra do Presidente

4

Transparência

6

Por Dentro do Conselho

7

Entrega de cédulas

9

Plataforma garante transparência na gestão agropecuária

11

Primeira diretoria da Adapar toma posse

12

Congresso da Anclivepa reúne 3,5 mil participantes

14

Medicina veterinária mostra importância na maricultura

17

Residência Multiprofissional da UFPR aprovada pelo MEC

19

Sindivet-PR

20

Veterinária, exemplo de dedicação

21

Começam trabalhos da Comissão Permanente de Controle da Raiva

22

Medicina veterinária legal está em evidência

23

Médico veterinário fala sobre empreendedorismo

24

Acapameve

25

Coluna da Fiscalização

27

Coluna Jurídica

28

Artigo Técnico

31

Bovinocultura do leite

Dois importantes avanços são destaques na área da medicina veterinária e fundamentais para a defesa sanitária animal do estado e do país.

Recentemente, em Brasília, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entregou ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), uma ferramenta pública informatizada de integração de sistemas de tecnologia da informação, com o objetivo de fortalecer a gestão operacional do setor agropecuário e de reforçar o controle sanitário do rebanho bovino brasileiro.

O sistema proporciona mais transparência ao facilitar aos produtores o acesso e o registro das informações sobre suas propriedades e rebanhos numa única base de dados, além de monitorar eletronicamente o trânsito dos animais em todo o território brasileiro.

A PGA permitirá a produtores, indústria, órgãos de defesa estaduais e Ministério da Agricultura falar a mesma linguagem e a ter acesso aos mesmos dados. E os médicos veterinários são fundamentais nesta responsabilidade compartilhada.

O segundo fato foi a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), que vai modernizar o sistema de defesa sanitária estadual e garantir a oferta de produtos paranaenses de qualidade nos principais mercados do mundo. Cabe destacar a atuação do (CRMV-PR) e Sindivet-PR no processo de criação da Agência.

A partir de agora, com a posse da nova diretoria da Adapar, que conta com dois médicos veterinários, o Conselho e o Sindicato irão trabalhar de maneira integrada com o estado e demais entidades públicas e privadas para a consolidação dos objetivos da defesa agropecuária do Paraná.

Boa leitura!

Completamos em abril sete meses desde nossa posse. Até aqui dedicamo-nos a imprimir novo ritmo de administração; a tratar de pendências da gestão anterior; levantamento e atualização do patrimônio; a aprender e apreender o funcionamento burocrático; a estabelecer relacionamentos. Felizmente temos encontrado apoio e auxílio de muitos colegas e de muitas instituições aos quais aproveitamos para agradecer. A atuação das diversas Comissões tem sido de grande importância para a classe e para o CRMV-PR.

As mudanças que estamos produzindo:

- a)** Está em andamento um novo site, mais interativo, com informações úteis aos profissionais, com acompanhamento das ações da Diretoria, Conselheiros, Delegados e Comissões; criação de um banco de dados com as áreas de atuação dos profissionais; com a possibilidade de consulta a processos em tramitação; RT on-line para maior agilidade nas homologações; uma Ouvidoria para atendimento a demandas, reclamações, críticas e denúncias
- b)** Reformulação da revista implantando um caderno técnico-científico e um boletim periódico
- c)** Realização de um grande evento reunindo responsáveis técnicos e empresários
- d)** Realização de encontro das diversas Comissões e dos delegados regionais
- e)** Contratação de mais um médico veterinário e um advogado
- f)** Interiorização das reuniões da Diretoria

Nossa classe (veterinários e zootecnistas) passa por um grande momento. Cada vez mais somos vistos como profissionais da saúde e da produção. A sociedade tem discutido temas de nosso interesse, como bem-estar animal (sempre presente na mídia), saúde única (interatividade entre animais e seres humanos), alimento seguro. É nosso dever participar e estimular as discussões. Ainda há muito a conquistar, mas é imprescindível a participação de todos.

**Eliel de Freitas**

Presidente do CRMV-PR

## Expediente

### Diretoria Executiva:

Presidência: Eliel de Freitas  
Vice-Presidência: José Ricardo Pachaly  
Secretaria Geral: Juliano Leônidas Hoffmann  
Tesouraria: Felipe Pohl de Souza

### Conselheiros efetivos:

Itamara Farias, José Jorge dos Santos  
Abrahão, Leunira Vígano, Luiz Carlos  
Rodrigues, Maria Iracleza de Araújo,  
Piotre Laginski

### Conselheiros suplentes:

Cláudia Maria dos Santos Gebara,  
Evandra Maria Voltarelli,  
Icaro Waldamir Fiechter,  
Danilo Gobbo Donoso,  
Leandro Cavalcante Lipinski

### Comissão Editorial

Ângelo Garbossa Neto, Felipe Pohl de  
Souza, José Ricardo Pachaly, Piotre Laginski,  
Itamara Faria

### Jornalista Responsável:

Ana Maria Ferrarini – MTB-PR nº 1179  
Básica Comunicação  
jornalismo@crm-v-pr.org.br

### Redação e revisão:

Ana Maria Ferrarini

### Fotografias:

Ana Maria Ferrarini, Assessorias de  
Imprensa e Banco de Imagens

### Tiragem:

12 mil exemplares

### Impressão:

Via Laser Artes Gráficas Ltda  
www.vialaser.com.br

### Projeto Gráfico:

Abissal Design & Comunicação  
www.abissaldesign.com.br

### Diagramação e Ilustração:

Mamute Design  
www.mamutedesign.com.br

### Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná – CRMV-PR

Rua Fernandes de Barros, 685 – Alto da XV  
CEP: 80045-390 – Curitiba – Paraná  
www.crmv-pr.org.br

**As matérias e artigos assinados não  
representam necessariamente a  
opinião da Diretoria do CRMV-PR.**

# Transparência – Demonstrativo de Receitas e Despesas | Período: janeiro a abril de 2012

Receitas	R\$	%
Anuidades de Pessoas Físicas	1.170.029,49	45,34%
Anuidades de Pessoas Jurídicas	1.163.724,48	45,09%
<b>Subtotal</b>	<b>2.333.753,97</b>	<b>90,43%</b>
Receitas com Aplicações Financeiras	53.983,79	2,09%
Receitas com Inscrições	35.825,74	1,39%
Expedição de Carteiras	15.261,84	0,59%
Expedição de Certidões	-	-
Expedição de Certificações	44.858,27	1,74%
Receita de Dívida Ativa	41.656,21	1,61%
Transferências do CFMV	-	-
Outras Receitas (*)	55.366,68	2,15%
Alienação de Bens Móveis	-	-
<b>Total (A)</b>	<b>2.580.706,50</b>	<b>100,00%</b>

Itens	Despesas	R\$	%
(1)*	Pessoal	694.694,58	55,35%
(2)*	Material de Consumo	25.724,62	2,05%
(3)*	Remuneração de Serviços Pessoais	777,50	0,06%
(4)*	Outros Serviços e Encargos	478.482,40	38,12%
(5)*	Obras/Benfeitorias e Instalações	-	-
(6)*	Diversas Despesas de Custeio	54.316,42	4,33%
(7)*	Equipamentos e Material Permanente	1.120,00	0,09%
	<b>Total (B)</b>	<b>1.255.115,52</b>	<b>100,00%</b>

**Superávit Orçamentário: C = A – B** **1.325.590,98** **51,37%**

(\*) Outras Receitas: Multas p/falta inscrição/registo, Multas p/falta RT, Multas p/ausência a Eleição, Indenizações e Restituições (custas processuais), Multas, Juros e Atual. Monet. s/anuidades PF e PJ, Taxa de Propriedade Rural e Listagens de Empresas

**Méd. Vet. Eliel de Freitas**  
CRMV-PR Nº 0826  
Presidente

**Fernando Manoel Araújo**  
TC-CRC-PR Nº 016757/O-8  
Chefe da Seção de Contabilidade

## Detalhamento de Despesas

- (1) \* Salários, Adicional por Tempo de Serviço, Gratificação de Função, Serviços Extraordinários, 13º Salário, Férias, Abono pecuniário de férias, Gratificação 1/3-Constituição, Ajuda de Custo Alimentação, Auxílio Creche/Babá, INSS, FGTS, PIS; Indenizações Trabalhistas.
- (2) \* Artigos de expediente, Combustíveis e Lubrificantes, Material p/Manutenção de Veículos, Material Elétrico e Eletrônico, Materiais de Limpeza/ Conservação, Gêneros Alimentícios, Mat.Acess.p/Máq.e Apar., Material p/Manutenção de Imóveis, Vestuários e Uniformes, Outros Materiais de Consumo.
- (3) \* Prestação de Serviços de Autônomos e INSS s/Serviços Prestados.
- (4) \* Assessorias: Jurídica Administrativa e Trabalhista, Locação de Móveis e Imóveis, Telefone, Fax, Serviços Postais, Diárias/Passagens Diretoria, Conselheiros, Comissões Diversas e Colaboradores Eventuais, Água/Esgoto, Energia Elétrica, Plano de Saúde, Vale Transporte, Despesas Bancárias, Despesas com Educação Continuada, Congr. Conv. e Conferências, Desp. c/Serv.Fiscalização, Produção e Serv. Gráficos - Revista/Informativo, Manut. e Conserv. de Veículos, Publicação de Editais, Serviços de Monitoramento/Vigilância, Assessoria e Consultoria em Informática, Despesas c/Delegacias Regionais, Despesas de Convênio - Estagiários, Serviços de Manutenção de Site, Despesas de Custas Processuais - Distrib. Autos de Exec. Fiscal.
- (5) \* Benfeitorias, Reformas e Instalações no imóvel da Sede/Delegacias Regionais do CRMV-PR.
- (6) \* Sentenças Judiciais, Despesas de Exerc. Anteriores.
- (7) \* Mobiliário em Geral e Utensílios de Escritório, Materiais Bibliográficos, Utensílios de Copa e Cozinha, Máquinas e Aparelhos de Escritório, Equipamentos de Processamento de Dados, Aparelhos de Interações, Veículos, Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto.

# Transparência – Demonstrativo de Receitas e Despesas | Período: janeiro a abril de 2012

**Proposta Orçamentária para o exercício de 2012** **R\$ 5.020.000,00**

**I. Receita Arrecadada** **R\$**

**Total** 2.580.706,50

**2. Despesa Realizada** **R\$**

**Total** 1.255.115,52

**2.1 Despesa com Pessoal** **R\$**

**Total** 694.694,58

**2.2 Despesa com diárias** **R\$**

2.2.1. - Despesa com diárias - Diretoria	13.379,50
2.2.2. - Despesa com diárias - Conselheiros	16.347,50
2.2.3. - Despesas com diárias - Assessores/Delegados	3.130,00
2.2.4. - Despesas com diárias - Empregados	5.690,00
2.2.5. - Despesas com diárias - Colaboradores Eventuais	4.400,00
2.2.6. - Despesas com diárias - Comissões Diversas	3.080,00
<b>Total</b>	<b>46.027,00</b>

**2.3 Despesa com deslocamento** **R\$**

2.3.1. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Diretoria	9.558,77
2.3.2. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Conselheiros	6.944,13
2.3.3. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Assessores/Delegados	1.512,26
2.3.4. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Empregados	972,03
2.3.5. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Colaboradores Eventuais	3.875,67
2.3.6. - Despesa com transporte aéreo/terrestre - Comissões Diversas	1.087,31
<b>Total</b>	<b>23.950,17</b>

**2.1 Despesa Diversas** **R\$**

**Total** 490.443,77

**Delegacias Regionais do CRMV-PR - Exercício 2011** **R\$ 312.619,50**

	Londrina	Maringá	Cascavel	P. Branco	P. Grossa	Paranavaí	C. Procópio	Jacarezinho	Guarapuava	C. Mourão	Umuarama
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Desp. Miúdas	1.286,26	3.162,95	1.118,67	3.065,87	2.847,49	954,68	4.993,85	4.774,52	2.926,59	1.338,84	506,95
Aluguel	-	-	-	7.496,54	8.994,48	2.842,20	6.616,20	-	-	5.728,80	1.903,55
Condominio	5.300,97	3.826,97	4.490,49	1.064,00	-	-	-	-	-	2.526,18	521,56
Estacionamento	2.020,58	2.070,00	1.100,00	300,00	1.690,00	-	-	-	-	-	-
Água	-	-	-	-	648,68	-	794,00	-	-	-	-
Luz	1.914,40	944,55	604,13	602,33	968,26	-	372,45	-	-	455,13	261,72
Telefone	4.861,68	1.903,20	1.661,16	2.074,80	4.217,16	2.060,04	3.051,60	1.161,16	2.724,00	2.114,04	3.194,52
Salário	17.156,28	20.384,28	13.956,72	12.588,12	13.028,64	-	-	-	-	-	-
Ad. T. Serviço	1.029,36	4.892,16	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alimentação	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	3.840,00	-	-	-	-	-	-
Creche	478,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de Saúde	301,94	117,23	123,80	117,23	117,23	-	-	-	-	-	-
Férias	505,16	702,12	387,69	349,67	361,91	-	-	-	-	-	-
13º Salario	1.515,47	2.106,37	1.163,06	1.049,01	1.085,72	-	-	-	-	-	-
FGTS	1.616,50	2.246,79	1.240,60	1.118,94	1.158,10	-	-	-	-	-	-
INSS	4.647,44	6.459,53	3.566,72	3.216,96	3.329,54	10.067,00	-	-	-	-	-
Estagiário	-	-	-	-	-	-	10.067,00	4.487,50	4.487,50	10.067,00	10.067,00
<b>Total</b>	<b>46.474,04</b>	<b>52.656,16</b>	<b>3.566,72</b>	<b>36.883,48</b>	<b>42.287,21</b>	<b>15.923,92</b>	<b>25.895,10</b>	<b>10.423,18</b>	<b>10.138,09</b>	<b>22.229,99</b>	<b>16.455,30</b>

## Serviço

### Movimentação de Registros no CRMV-PR - período 01 de janeiro a 31 de maio de 2012

Prima - médicos veterinários	281
Prima - zootecnistas	11
Cancelamento - médicos veterinários	92
Cancelamento - zootecnistas	31
Prima Reativada - médicos veterinários	06
Prima Reativada - zootecnistas	02
Prima Óbito - médicos veterinários	01
Secundária - médicos veterinários	15
Secundária Cancelada - médicos veterinários	09
Transferência Concedida - médicos veterinários	19
Transferência Concedida - zootecnistas	01
Transferência Recebida - médicos veterinários	17
Transferência Recebida - zootecnistas 01	01
Aposentadoria - médicos veterinários 02	02
Transferências Reativadas - médicos veterinários 06	06
Transferência Reativada - zootecnistas	01

## Devolução de agrotóxicos obsoletos

### Agrotóxicos

O delegado regional do CRMV-PR, em Cornélio Procópio, médico veterinário Rafael Haddad, participou de encontro com a imprensa local, quando foram tratados assuntos relacionados à devolução de agrotóxicos obsoletos, entre eles, o BHC. O município foi o primeiro a abrigar o projeto de devolução destes produtos que deixaram de ser usados em propriedades rurais no estado. A reunião aconteceu em Assaí. ●

### Sanidade Agropecuária



Agropecuária de Cornélio Procópio contou com a presença do delegado regional do CRMV-PR, Rafael Haddad. Ele destacou a importância da iniciativa para a região e que deverá resolver problemas graves que impedem o crescimento e fortalecimento da atividade no Norte do Paraná. ●

Reunião sobre a retomada das atividades do Conselho Municipal de Sanidade

## Manual de Zoonoses



O CRMV-PR informa que está disponível no site ([www.crmv-pr.org.br](http://www.crmv-pr.org.br)) a versão em PDF do Manual de Zoonoses - Volume II - 1ª Edição. ●

## Registro

Como é de praxe, todo o mês, o CRMV-PR realiza sessões plenárias ordinárias. As sessões são abertas para quem tiver interesse em assistir. No segundo semestre, as plenárias serão realizadas nas seguintes datas: julho: 16 e 17; agosto: 16 e 17; setembro: 17 e 18; outubro: 15 e 16; novembro: 12 e 13; dezembro: 13 e 14. ●



Foto: Ana Maria Ferrarini

Felipe Pohl, tesoureiro; Eliel de Freitas, presidente; Luiz Carlos Rodrigues, conselheiro; Juliano Hoffmann, secretário-geral; José Jorge Abrahão, conselheiro; José Ricardo Pachaly, vice-presidente; e Evandra Maria Voltarelli, conselheira

### Nota da Redação

Informamos que a matéria "250 anos da Medicina Veterinária – Acapameve e o Ano Mundial da Veterinária", publicada na página 11 da 35ª Edição da Revista do CRMV-PR, é de autoria da médica veterinária Clotilde de Lourdes Branco Germiniani, acadêmica titular e fundadora da Academia Paranaense de Medicina Veterinária – Acapameve. ●

## Entrega de cédulas

22/11/2011 – Curitiba  
23/11/2011 – Cascavel  
26/11/2011 – Maringá  
28/11/2011 – Campo Mourão  
29/11/2011 – Londrina  
29/11/2011 – Pato Branco  
02/12/2011 – Cornélio Procópio  
20/12/2011 – Curitiba  
04/01/2012 – Campo Mourão  
27/01/2012 – Pato Branco  
30/01/2012 – Londrina  
30/01/2012 – Campo Mourão  
30/01/2012 – Cascavel  
06/02/2012 – Cornélio Procópio  
01/03/2012 – Londrina  
03/03/2012 – Paranavai  
06/03/2012 – Cascavel



22.11.11 - Curitiba



23.11.11 - Cascavel



26.11.11 - Maringá



29.11.11 - Londrina



28.11.11 - Campo Mourão



29.11.11 - Pato Branco



04.01.12 - Campo Mourão



02.12.11 - Cornélio Procopio



20.12.11 - Curitiba



27.01.12 - Pato Branco



30.01.12 - Londrina



30.01.12 - Campo Mourão



30.01.12 - Cascavel



06.02.12 - Cornélio Procopio



01.03.12 - Londrina



03.03.12 - Paranavai



06.03.12 - Cascavel



# Plataforma garante transparência na gestão agropecuária



Foto: Agência Brasil

Presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, entrega a PGA ao ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho

O Brasil passa a ter a maior plataforma do mundo voltada para a gestão de dados da pecuária de corte, com informações centralizadas pelo governo federal. A pedido do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) desenvolveu a Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), uma ferramenta pública informatizada de integração de sistemas de tecnologia da informação, com o objetivo de fortalecer a gestão operacional do setor agropecuário e de reforçar o controle sanitário do rebanho bovino brasileiro.

De acordo com a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, a PGA proporciona mais transparência ao facilitar aos produtores o acesso e o registro das informações sobre suas propriedades e rebanhos numa única base de dados, além de monitorar eletronicamente o trânsito dos animais em todo o território brasileiro. Para o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, a plataforma vai “mudar o futuro brasileiro”, a partir da expectativa de que o Brasil tenha acesso a novos mercados ao oferecer mais transparência no processo de criação e transporte de animais nos 27 estados.

Para o secretário-geral do CRMV-PR, médico veterinário Juliano Hoffmann, a

Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) é um instrumento revolucionário para o agronegócio brasileiro. “Permitirá aos membros da cadeia produtiva – produtores, indústria, órgãos de defesa estaduais e Ministério da Agricultura – falarem a mesma linguagem e a ter acesso aos mesmos dados”. Segundo ele, todos os médicos veterinários são fundamentais nesta responsabilidade compartilhada. “Terão acesso a dados indispensáveis para melhorar a qualidade do serviço prestado na Defesa Agropecuária Nacional”, destacou.

Na avaliação do presidente do CFMV, Benedito Fortes de Arruda, com a PGA o Brasil terá acesso a novos mercados. “E a participação dos médicos veterinários é essencial no processo, principalmente na inspeção de questões sanitárias”, destacou.

## Processo

A PGA foi lançada em Brasília, no dia 18 de abril, e garante maior credibilidade, transparência, agilidade na coleta de dados sobre o trânsito de bovinos e a integração de vários sistemas de controle, inclusive sanitário, bem como eficiência na defesa agropecuária brasileira. A CNA entregou ao MAPA os módulos da Base de Dados Única (BDU) e da Guia de Trânsito de Animais

eletrônica (e-GTA). A BDU centralizará todas as informações dos sistemas de defesa sanitária dos estados, do MAPA da própria PGA. Isso permitirá a existência de uma base de dados confiável, sem duplicidade e discrepância de informações entre os entes federativos. Por outro lado, com a disponibilização da e-GTA aos estados que ainda não possuem sistema próprio, as 27 unidades federativas estarão aptas a emitir a guia de trânsito eletrônica e, dessa forma, será possível monitorar em tempo real a movimentação do rebanho no País. A integração dos sistemas dos estados e a BDU deverá ser realizada em até 60 dias.

A partir de 1º de julho, todas as GTAs precisarão ser eletrônicas, emitidas a partir do sistema da PGA. Os estados que já fazem esse controle de forma eletrônica também terão que migrar as informações para o sistema, que será fornecido pelo governo federal. Nessa primeira etapa, as GTAs emitidas pelas unidades federativas deixarão de ser preenchidas manualmente e passarão a ser feitas por meio eletrônico. Todas as informações referentes ao rebanho brasileiro serão centralizadas no MAPA garantindo agilidade no processo de elaboração de políticas de apoio ao setor e a interrupção do trânsito de bovinos entre regiões e estados, no caso de problemas sanitários.

## Módulos

Até o final de 2012, a PGA deverá agregar ainda mais dois módulos que trarão as informações sobre o Sistema Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) e o Sistema de Informações do Serviço de Inspeção Federal (SIGSIF). O SISBOV é um serviço utilizado para a identificação e controle do rebanho de bovinos no território nacional, bem como no rastreamento do processo produtivo no âmbito das propriedades rurais. A rastreabilidade da carne brasileira permitirá identificar o local de nascimento, engorda e abate dos animais, sendo uma exigência sanitária de vários mercados importadores de carne, a exemplo da União Europeia.



Felipe Phol, tesoureiro do CRMV-PR, Benedito Fortes de Arruda, Antônio Felipe Paulino de Figueiredo Wouk, respectivamente, presidente e secretário-geral do CFMV, e Juliano Hoffmann, secretário-geral do CRMV-PR

Foto: Josemar Aragão/CFMV

Já o Sistema de Inspeção Federal (SIGSIF) atua na certificação da qualidade dos produtos de origem animal, sob o aspecto sanitário e tecnológico, oferecidos aos mercados consumidores. É o MAPA, por meio do Serviço de Inspeção Federal (SIF), que atesta se os produtos de origem animal foram processados conforme as exigências sanitárias que dão qualidade ao produto. O SIGSIF ainda emite relatórios estatísticos acerca da comercialização, produção, importação, exportação e abates dos quatro mil frigoríficos registrados junto ao ministério. ●

**Assessoria de Comunicação**  
do CRMV-PR

## Artigo

# Médico veterinário – responsável pela defesa sanitária animal

Quando a sociedade regulamenta uma profissão, ela outorga ao profissional da área regulamentada direitos inerentes à atividade como: áreas de atuação e mercado de trabalho específico definido por lei.

Mas há também deveres inerentes ao conhecimento adquirido e que caracterizam a atividade exercida. No caso da medicina veterinária, uma das maiores responsabilidades é a sanidade animal, que deve ser exercida por TODOS os profissionais.

Nosso país está se modernizando, nossa economia tornou-se forte e a cada dia novos mercados são abertos e os consumidores brasileiros tornam-se mais exigentes. O agronegócio participa cada vez com mais importância na economia nacional, representando algo em torno de 22% do PIB.

A medicina veterinária deve assumir seu papel com a sociedade e unir forças para controlar e erradicar doenças que há muito atrapalham o desenvolvimento da pecuária nacional, como a febre aftosa, brucelose, tuberculose, anemia infecciosa equina.

Cada veterinário tem o dever de assumir seu papel de fiscal na sanidade animal, independente da área em que trabalha, conhecendo quais são os problemas do Brasil e da sua região, como eles estão sendo combatidos, e ficando atento para evitar que doenças entrem em nosso país ou se espalhem.

Somos mais de 8 mil profissionais no Paraná e se cada um adotar uma atitude mais vigilante, certamente facilitará o trabalho dos serviços

oficiais e trará ao estado o reconhecimento necessário para conquistar mercados mais exigentes e continuar crescendo. Com isso, a sociedade reconhecerá o médico veterinário, como o profissional que pensa no Paraná e no Brasil, na produção de mais e melhores alimentos, no combate à fome e à pobreza e no crescimento do país.

Temos compromisso e não podemos negligenciar o controle de doenças infecciosas, principalmente na realização de exames comprobatórios e na notificação obrigatória de doenças. Além das implicações legais que tais atitudes implicam, há o prejuízo que pode comprometer todo o sistema produtivo.

Também os zootecnistas, profissionais da produção, têm responsabilidades, que seja na profilaxia, na orientação aos produtores rurais, na assistência técnica. Não podem saber de doenças sem a devida comunicação aos órgãos oficiais. Uma doença epidêmica certamente trará prejuízos a todos.

A recém criada Adapar deve atuar em sintonia com toda a classe, buscando a participação dos diversos profissionais na vigilância e atuação em benefício para a coletividade e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná – CRMV-PR coloca-se à disposição para colaborar no sentido de integrar o maior número possível de profissionais nas ações de defesa sanitária animal.

Se somos nós os responsáveis, vamos assumir a responsabilidade. ●

**Felipe Pohl de Souza,**  
médico veterinário e tesoureiro do CRMV-PR

# Primeira diretoria da Adapar toma posse



Governador Beto Richa, secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, Inácio Afonso Kroetz, Adalberto Luiz Valiati e Adriano Luiz Ceni Rieseberg

Os primeiros diretores da Agência de defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) foram empossados pelo governador Beto Richa, em solenidade no Palácio Iguazu. A autarquia foi criada em dezembro de 2011 para executar serviços de fiscalização e inspeção de sanidade agropecuária no estado.

Segundo o governador, a criação da Agência vai modernizar o sistema de defesa sanitária estadual e garantir a oferta de produtos paranaenses de qualidade nos principais mercados do mundo. “Um objetivo especial é atingir a condição de área livre de febre aftosa sem vacinação. Este é o compromisso que assumi com o setor produtivo”, lembrou Richa.

Richa destacou que entre os objetivos do governo estadual está a reconquista do mercado russo, ampliação da fatia do Paraná nas exportações brasileiras para a China e a abertura do comércio com a comunidade Européia. “Este é um instrumento fundamental para promover a saúde animal e a sanidade vegetal, assegurando que a produção paranaense conquiste os mais exigentes mercados globais”, disse.

## Diretoria

A diretoria da Adapar será composta pelo médico veterinário Inácio Afonso Kroetz (diretor-presidente); pelo médico veterinário Silmar Burer (chefe de gabinete); o engenheiro agrônomo Adriano Luiz Ceni Rieseberg (diretor de Defesa Agropecuária); e o engenheiro agrônomo Adalberto Luiz Valiati (diretor Administrativo-Financeiro).

O secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, elogiou a formação profissional dos diretores da Adapar e disse que a escolha dos ocupantes levou em consideração questões técnicas e de qualificação profissional. “São todos profissionais capacitados e com muita experiência”, disse o secretário.

O diretor-presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz, agradeceu a confiança do governador e do secretário e destacou a importância da criação de uma Agência de Defesa Agropecuária para regulamentar o agronegócio e apoiar os produtores paranaenses.

Em discurso, ele definiu as 12 metas prioritárias de sua gestão para a conservação da sanidade animal e vegetal. Entre os itens estão o intensivo controle do trânsito agropecuário, o rigoroso recadastramento das propriedades, a ampliação da fiscalização do comércio de sementes e a orientação para o uso adequado de agrotóxicos.

## A agência

De acordo com o secretário Norberto Ortigara, a Adapar vai aperfeiçoar os mecanismos de controle dos rebanhos, emitir guias de trânsito animal pela internet e fortalecer os Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária, entre outras ações. “O objetivo é promover um ganho de qualidade para a produção brasileira contribuindo para ampliar as exportações”.

Entre as atribuições da agência está a elaboração do Plano Estadual de Defesa Agropecuária, que seguirá as diretrizes do plano nacional e buscará a inserção do Paraná no mercado nacional e internacional. A Adapar terá ainda um conselho de administração composto por 10 membros, que vai definir as políticas e prioridades da autarquia.

Com a posse da diretoria, o governo estadual vai autorizar a realização de concurso público para a contratação de médicos veterinários e engenheiros agrônomos que vão compor a estrutura da nova autarquia.

Esses profissionais atuarão nas barreiras interestaduais, fiscalizações volantes, unidades veterinárias e locais que necessitam de recomposição de pessoal para a fiscalização e inspeção de produtos agropecuários. ●

**Assessoria de Comunicação**  
do CRMV-PR

# Congresso da Anclivepa reúne 3,5 mil participantes



Foto: Amir Salgado/Divulgação CBA 2012

Público prestigiou a abertura do CBA 2012

O auditório do Teatro Positivo, em Curitiba, no dia 27 de abril pela manhã, recebeu 3,5 mil congressistas que vieram de todas as regiões do país para participar do 33º Congresso Brasileiro Anclivepa - Associação Nacional de Clínicas Veterinárias de Pequenos Animais. O presidente do comitê diretor do evento, Alexandre Schmaedecke, presidente da Anclivepa-PR, ao presidir a solenidade de abertura, deu as boas-vindas aos participantes. De acordo com ele, o encontro é iniciativa muito importante para os médicos veterinários, principalmente pela atualidade e qualidade dos temas que serão debatidos.

O presidente do CRMV-PR, Eliel de Freitas, em seu pronunciamento, destacou a troca de experiências e o aprimoramento científico que o congresso proporciona aos médicos

veterinários. Sugeriu que os presentes absorvam o conhecimento repassado pelos palestrantes e que apliquem em sua atuação as informações recebidas.

Durante a solenidade de abertura do congresso, a Anclivepa-PR fez uma homenagem aos fundadores da associação no estado com uma placa



Foto: Amir Salgado/Divulgação CBA 2012

Solenidade de abertura do evento

## Em Curitiba

comemorativa. O vice-presidente do CRMV-PR, José Ricardo Pachaly, foi um dos homenageados. Este ano, a entidade completa 30 anos de atividades.

Na ocasião, também foi entregue o Prêmio Frimer, instituído para reconhecer os profissionais que se destacaram em atividades de clínica de pequenos animais no Brasil. O médico veterinário Euclides Leandro de Castro recebeu a honraria. O médico veterinário Moisés Frimer foi uma liderança e referência na Medicina Veterinária no Rio Janeiro nos anos 50. Acredita-se que ele tenha sido um dos primeiros médicos veterinários autônomos que se sustentou exclusivamente da atividade de clínica de pequenos animais. Também durante a abertura do CBA 2012 foi lançado o Prêmio Veterinário do Ano.

Participaram da abertura do congresso, o secretário de estado da Agricultura, Norberto Ortigara; Paulo Carvalho de Castilho, presidente da Anclivepa-Brasil; Benedito Fortes Arruda, presidente do CFMV; Alfredo de Castro Trindade, que na ocasião representou o prefeito Luciano Ducci; Maria Isabel Ribas Valduga, do comitê organizador do Congresso Brasileiro de Odontologia Veterinária; e Alex Freitas, presidente do comitê diretor



Paulo Carvalho de Castilho,  
presidente da Anclivepa-Brasil



Benedito Fortes Arruda,  
presidente do CFMV



Alexandre Schmaedecke,  
presidente da Anclivepa-Paraná



Eiel de Freitas,  
presidente do CRMV-PR



Alex de Freitas,  
presidente do comitê da 34ª CBA 2013



Fundadores da Anclivepa-PR recebem homenagem



Maria Isabel Ribas Valduga,  
do comitê organizador de congresso de odontologia veterinária



Norberto Ortigara,  
secretário de estado da Agricultura e Abastecimento

do 34º CBA 2013, que será realizado em Natal.

## Eventos paralelos

Paralelamente ao CBA 2012 foram realizados mais cinco eventos: VI COBOV – Congresso Brasileiro de Odontologia Veterinária, Jornada de Conhecimento TECSA, Simpósio de Nutrição Cães e Gatos, Fórum Internacional de Nutrição Clínica de Cães e Gatos e Curso de Gestão e Marketing para Clínicas Veterinárias e Petshops, além da feira Expoanclivepa, com 60 empresas de produtos e serviços do setor.

## Nova diretoria

A Anclivepa Brasil tem nova diretoria. O médico veterinário Alexandre Schmaedecke, ex-presidente da Anclivepa Paraná e do comitê diretor do 33º Congresso Brasileiro da Anclivepa, assume a presidência da entidade. A vice-presidência fica a cargo de Marcelo Henrique Puls da Silveira, conselheiro do CRMV-SC. ●

**Ana Maria Ferrarini,**  
jornalismo@crm-v-pr.org.br

# Medicina veterinária mostra importância na maricultura



Médico veterinário Luiz Danilo Muehlmann, responsável pela de aquicultura e pesca da Emater-PR



Ivo Luiz Olsen, médico veterinário, integrante da área de piscicultura da Emater-PR, e que atua em Guaratuba

A atuação de médicos veterinários tem sido fundamental no processo produtivo de ostras, no litoral do Paraná. A aquicultura marinha ou maricultura avança na faixa costeira do estado como fonte de renda e opção de consumo. Como é uma atividade multidisciplinar que envolve várias formações profissionais, a medicina veterinária se mostra importante desde a assistência técnica à produção.

De acordo com o médico veterinário Luiz Danilo Muehlmann, responsável pela área de aquicultura da Emater-PR, a participação dos profissionais de medicina veterinária começa na avaliação do ambiente antes da elaboração do projeto ou instalação das estruturas de criação e, em especial, da existência de potencial de contaminação microbiológica. “A sanidade e qualidade das sementes (ou juvenis) a serem utilizadas na produção é fundamental. As ostras são organismos que se alimentam filtrando a água”, explica. Esse processo faz com os microorganismos patogênicos ao ser humano também sejam filtrados e ingeridos pelos moluscos, ficando por algum tempo no aparelho digestivo ou no corpo. “Os moluscos, quando ingeridos crus ou mal cozidos, poderão provocar problemas à saúde”, adverte o profissional.

## Saúde humana

Além disso, o médico veterinário deve ficar atento à contaminação em lesões de maricultores durante o trabalho no cultivo. Da mesma forma, é importante que o profissional acompanhe a qualidade das águas quanto à ocorrência de algas com potencial de produção de toxinas que poderão ser absorvidas pelos moluscos. Elas permanecem por algum tempo na carne e podem causar intoxicação.

Muehlmann também argumenta que a atuação do médico veterinário é importante na identificação, estabelecimento de medidas preventivas, controle e eliminação desses problemas. “Esse acompanhamento”, explica ele, é realizado juntamente com o trabalho de assistência técnica aos maricultores. “Além disso, juntamente com outros profissionais o veterinário participa do monitoramento e avaliação dos parâmetros de qualidade da água, no controle de predadores e de competidores, na avaliação do desenvolvimento dos organismos cultivados, no manejo e avaliação para colheita”. O veterinário também participa nos processos de depuração quando necessário, processamento e transporte dos moluscos até o consumidor final.

Considerado um novo campo de trabalho para o profissional de veterinária, Muehlmann considera importante a participação em todos os estágios da produção, juntamente com outras classes profissionais. “E, em especial, na fase de colheita, processamento e comercialização quando são atribuições do veterinário a inspeção, avaliação e liberação dos produtos para o consumo humano”, garante.

## Mercado de trabalho

Muehlmann lamenta que, levando-se em conta a amplitude do campo de trabalho para os veterinários, as alternativas de emprego, muito poucos têm sido despertados para essa alternativa de atuação que se mostra bastante recente. “O mesmo está

## Mercado de trabalho

ocorrendo em relação às questões de preservação e recuperação ambiental e, em especial, as ações voltadas à fauna”, observa.

De acordo com ele, a formação do veterinário continua focada nas atividades tradicionais, e as demandas mais recentes para a classe, com raras exceções, são tratadas como disciplinas opcionais. “A aquicultura, nas várias modalidades, é sim um novo campo de trabalho. Campo este que, em função das perspectivas de crescimento, já está sendo disputado por várias classes profissionais. É fundamental, portanto, que este espaço seja ocupado tendo-se como determinante a competência dos profissionais e não só por determinações classistas legais”, destaca.

As declarações de Muehlmann vão ao encontro das impressões de Ivo Luiz Olsen, médico veterinário, integrante da área

de aquicultura da Emater-PR, e que atua em Guaratuba, no litoral do Paraná. De acordo com ele, o médico veterinário é um profissional de extrema importância para a maricultura, especialmente por sua habilitação em sanidade animal e humana (zoonoses), assim como em processamento de alimentos (processos e normatização), além de ser um profissional que se preocupa com a preservação ambiental nos processos produtivos, assim como com a inclusão social de seus clientes. Olsen também considera um novo campo de trabalho para o profissional. “É um campo que se abre para diversas categorias de profissionais e, também para o veterinário. Penso que as faculdades de veterinária devam atentar para o momento da maricultura e reforcem a grade curricular”. ●

## Atividade no Paraná



Diretamente, 120 famílias estão envolvidas com a maricultura no Paraná. Indiretamente, este número salta para 300



Trabalho do veterinário também deve potencial de contaminação microbiológica na produção

Segundo informações de Muehlmann, o litoral do Paraná possui 90 quilômetros de linha costeira e, com a soma das baías, mais de 400 quilômetros de costa interna. E, portanto, grande potencial e, principalmente, para a produção de ostras.

A criação de ostras começou no estado há mais de 20 anos por iniciativa conjunta de alguns pescadores artesanais apoiados por técnicos da Emater. Mesmo obtendo resultados positivos, as dificuldades enfrentadas na legalização da atividade, aliada à falta ou pouca oferta de sementes e de tecnologia apropriada para a região, dificultaram a expansão da atividade. A falta do licenciamento da atividade também impediu o acesso dos ostreicultores ao crédito rural, um dos principais instrumentos da política pública.

A partir do ano de 2003, com a emissão do Decreto nº 4.895 de março de 2003 e, em seguida, a Instrução Interministerial de 6 de 31 de março de 2004, que estabeleceu as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio de União para fins de aquicultura, abriram-se novos horizontes. No entanto, o resultado prático, devido à necessidade de ajustes nas instituições envolvidas,

somente passou a ser concretizado a partir do ano de 2010. Na prática, os projetos de maricultura elaborados pelos técnicos da Emater em 2004 e 2005 começaram a receber o termo de autorização para uso das águas a partir de junho de 2010.

Foi a partir de 2011, que a maricultura no estado passou a vivenciar uma nova fase, ou seja, de crescimento pela entrada de novas áreas e maricultores e também de expansão pela ampliação dos cultivos existentes e de tecnificação.

A produção já existia em algumas comunidades de Paranaguá, Guaraqueçaba e Guaratuba. No entanto, cultivos ilegais. A partir de 2004 os técnicos do Instituto Emater elaboraram 25 projetos de maricultura, sendo 22 para a criação de ostras, 2 para a criação de camarão e 1 para a criação de mexilhão. Quando licenciados irão contemplar 216 pescadores artesanais. Dos projetos elaborados, 11 já possuem os termos de cessão emitidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura e já foram instalados ou estão em fase final de instalação. Estão beneficiando 101 famílias em uma área total de 17,05 hectares. Os demais estão tramitando pelas instituições envolvidas, ou seja, Ministério da Pesca e

Aquicultura, IBAMA, IAP, Marinha do Brasil e Secretaria do Patrimônio da União.

Os projetos já licenciados, quando em plena produção, apresentam capacidade para produzirem por volta de 345.000 dúzias de ostras por ano. Essa produção permitirá a cada maricultor envolvido auferir renda líquida equivalente a 2 (dois) salários mínimos mensais.

Olsen também concorda que a maricultura no Paraná começou a ter importância em 2004, especialmente com a elaboração de projetos técnicos pela Emater-PR, direcionados a associações de pescadores artesanais e ribeirinhos, que indicam áreas para cultivo de ostras e mexilhões, definem quais insumos usar e tecnologia de produção.

"As áreas requeridas e os projetos foram aprovados pelo Ministério da Pesca e Aquicultura em 2011, portanto estamos tendo um novo impulso para a maricultura em nosso estado. Diretamente, 120 famílias estão envolvidas com a maricultura no Paraná. Indiretamente, este número salta para 300", calcula. ●

# Instituto Emater



Espaço para criação de ostras em Guaratuba, no litoral do Paraná

Uma das instituições que atua em maricultura no litoral do Paraná é o Instituto Emater. Atualmente, graças ao esforço dos seus técnicos já existem 11 áreas de criação licenciadas e legalmente instaladas. A atuação envolve a elaboração dos projetos de licenciamento, a avaliação, georreferenciamento e demarcação do local, além da assessoria no atendimento a todas as questões legais junto às instituições envolvidas. A assistência técnica é prestada em todas as etapas da criação e comercialização, além das ações na preservação ambiental e na organização dos maricultores. A metodologia de trabalho consiste de visitas técnicas e práticas onde juntamente com os maricultores é feita instalação dos cultivos, o monitoramento ambiental, a biometria dos organismos cultivados e repassadas as informações técnicas necessárias. Para a difusão mais rápida das informações as

metodologias mais abrangentes, como reuniões, cursos, dias de mar e encontros, são utilizadas. Para a fixação dos conhecimentos e revisão das recomendações fornecidas pelos técnicos a Emater publicou o Manual de Criação de Ostras Nativas que é fornecido aos maricultores e interessados em geral. A equipe de técnicos da Emater que trabalha em maricultura é multidisciplinar, incluindo médicos veterinários. ●

**Ana Maria Ferrarini,**  
jornalismo@crm-pr.org.br



# Residência Multiprofissional da UFPR aprovada pelo MEC



Coordenador do curso de Medicina Veterinária do Setor de Ciências Agrárias de Curitiba, professor Fabiano Montiani Ferreira

A Universidade Federal do Paraná teve aprovados integralmente três projetos de Residência Multiprofissional da Saúde apresentados no Processo de Seleção do Ministério da Educação para o ano de 2012. Foram aprovados os programas de Medicina Veterinária do Hospital Veterinário de Curitiba com 21 bolsas, o de Medicina Veterinária do Hospital Veterinário do campus Palotina com seis bolsas, e o de Cirurgia Bucocomaxilofacial da Odontologia com duas bolsas.

A articulação da apresentação das propostas da UFPR foi realizada pelo vice-reitor professor Rogério Andrade Mulinari, com a cooperação do professor Ângelo Luiz Tesser, diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do HC. "O sucesso na aprovação integral foi alcançado levando em conta que todos os três programas tinham suporte financeiro assegurado pela Administração Central e estavam em pleno funcionamento. Além da aprovação das bolsas, os programas receberam a importante chancela da certificação pelo MEC", informou o professor Mulinari.

O coordenador do curso de Medicina Veterinária do Setor de Ciências Agrárias de Curitiba, professor Fabiano Montiani Ferreira, avalia o resultado da participação da UFPR nos projetos de Residência Multiprofissional aprovados pelo MEC, como um grande avanço para a formação dos profissionais da área de saúde. "Possuir um programa de residência em medicina veterinária certificado pelo governo federal era um antigo desejo dos professores do Departamento de Medicina Veterinária da Federal, acadêmicos e coordenadores de curso", constata.

## Benefícios

Montiani, que também responde pelo cargo de vice-presidente do Hospital Veterinário da UFPR, acrescenta que são incontáveis os benefícios da residência multiprofissional para a formação profissional do médico veterinário.

Ressalta, como exemplos, o crescimento profissional do médico veterinário e a sua integração à equipe multiprofissional, pois os



A residência traz o aprendizado e a melhoria da percepção social do médico veterinário



Foto: Divulgação

Ensino de medicina veterinária

alunos da residência têm aulas teóricas com residentes de outros cursos da área de saúde. “Além disso, o aprendizado pela prática médica e a inserção do profissional no mercado de trabalho após a residência, sobretudo, trarão melhoria da percepção social do profissional médico veterinário que será cada vez mais competente e especializado”, enfatiza.

O professor conta que a proposta de incorporar os médicos veterinários no programa de residência multiprofissional partiu de uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura. A residência teve início graças à Medida Provisória (MP) nº 238/05, aprovada pelo Congresso Nacional como Lei nº 11.129/2005, e deu início ao processo de regulamentação das Residências Multiprofissionais em Saúde. “Muito atento aos editais do MEC, o professor Rogério Mulinari, vice-reitor da UFPR, me telefonou para informar da existência da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde e me alertou que a mesma contemplava a área de saúde animal. Disse ainda que alguns programas de residência em medicina veterinária similares ao nosso, mas localizados em outros estados, já estavam dando início ao cadastramento de suas propostas no edital de 2012”, conta.

### Oportunidade

Então, a conclusão foi de que seria uma excelente oportunidade para cadastrar o antigo programa de Especialização que funcionava como Treinamento em Serviço e que, na verdade, já funcionava nos moldes de um programa de residência. “Portanto, muito antes de o governo tomar a iniciativa de encaminhar uma MP tratando da criação da Residência na área da Saúde, contando com a área de saúde animal, muitas universidades federais, inclusive a UFPR, já disponibilizavam na prática tais programas”, destaca.

Ele acrescenta que muitos deles eram bem sucedidos, mas muitos não eram, até então, reconhecidos como residência, sendo que os residentes recebiam o certificado de um curso de especialização. “Paralelamente, um esforço louvável do CFMV de fiscalizar e credenciar alguns destes programas de especialização também já estava em andamento e já tinha obtido progresso considerável cadastrando e credenciando alguns destes antigos programas de especialização/treinamento em serviço em vários estados brasileiros”.

Ainda descrevendo como foi todo o processo, Montiani afirma que o processo foi bastante trabalhoso. E como, na época, faltavam apenas 3 dias para o fim do prazo das inscrições, “tivemos de trabalhar muito rápido”. O processo de cadastramento requeria uma série de documentos, ementas, cargas horárias, descrições dos métodos pedagógicos a serem seguidos, além da aprovação e anuência da Secretaria Municipal de Saúde. Para poder concluir o envio da proposta, Montiani contou com o auxílio de todos os professores do Departamento de Medicina Veterinária da UFPR (DMV), particularmente dos professores Rogério Ribas Lange, Elizabeth Santin, Peterson Dornbusch, Ivan Deconto, “além da incansável e eficiente Vânia Mari Salvi Andrzejewski do HC-UFPR e da Médica Veterinária Mestranda do PPGCV Leticia Olbertz”, lembra.

### Saúde Animal

Em poucas semanas após o cadastramento, chegou a excelente notícia de que o programa havia sido aprovado em sua plenitude, com 21 bolsas de estudo. “Outra diferença do nosso antigo Treinamento em Serviço para a nova Residência Multiprofissional é que antes o programa era subsidiado pela universidade e agora passará a ser custeado pelo MEC”, observa.

A Residência Multiprofissional em Saúde Animal será caracterizada como ensino de pós-graduação lato sensu, focada na educação em serviço e será desenvolvida em regime de dedicação exclusiva. “Tudo ainda é muito novo para nós e também para os outros profissionais que fazem parte do programa de residência multiprofissional, mas podemos adiantar que o programa terá duração de 2 anos, que a carga horária dos residentes é de 60 horas semanais, 20% destinados a aulas teóricas e o restante, às atividades práticas de serviço”, explica o professor.

O MEC supervisionará as atividades dos residentes e do programa de maneira atenta, por meio de comissões recém-criadas. Após visitas e avaliações, o ministério poderá encerrar ou dar continuidade a cada um dos programas em andamento. As Residências Multiprofissionais em Saúde são orientadas pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir das necessidades e realidades locais e regionais. Abrangem profissões das seguintes áreas da saúde Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. ●

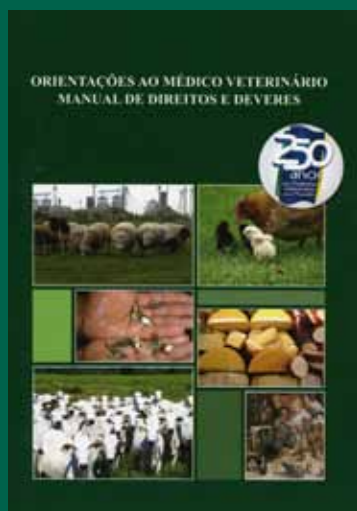
Ana Maria Ferrarini,  
jornalismo@crm-v-pr.org.br

# 35 anos de atividades do Sindicato

O Sindivet-PR - Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado Paraná vem ganhando força em todo o estado. Ao longo de sua trajetória, sempre primou pela excelência em tudo o que faz. Prova disso é o número de associados, que nos últimos anos aumentou significativamente. “Em 2011, tínhamos 1 044, hoje temos 1 401 e esperamos fechar o ano com 1 500 associados”, destaca Cezar Amin Pasqualin, presidente do Sindivet-PR. Para atingir esta meta, os trabalhos da entidade seguem em ritmo acelerado. Palestras nas universidades, com o objetivo de estreitar o relacionamento com os estudantes de medicina veterinária, já estão acontecendo em todo o estado.

Investir em educação é um dos pilares do Sindivet-PR. Portanto, a entidade oferece Programas de Educação Continuada, no intuito de fazer com que o profissional tenha contato com diferentes áreas, garantindo assim a permanência ou inserção no mercado de trabalho. “Queremos levar os cursos para o interior do estado”, afirma Cezar Amin Pasqualin, presidente do Sindivet-PR.

Em 2011, os cursos mais procurados foram nutrição de psitacídeos e passeriformes, medicina veterinária legal, boas práticas de fabricação aplicadas a fábricas de ração, manejo e aspectos sanitários de psitacídeos em cativeiro, conceitos básicos de higiene e sanitização em alimentos, teórico-prático de coletas e remessa de materiais para exames laboratoriais em avicultura e manejo integrado de pragas no setor de alimentos. “Vamos dar continuidade aos trabalhos e investir na busca constante pelo aperfeiçoamento técnico”, garante Pasqualin. ●



## Lançamento de livro

O livro “Orientações ao Médico Veterinário - Manual de Direitos e Deveres”, direcionado, principalmente para os acadêmicos de medicina veterinária e recém-formados, pode ser solicitado sem nenhum custo pelo e-mail [sindivetpr@sindivetpr.org](mailto:sindivetpr@sindivetpr.org). ●

# Encontro gastronômico



Panorâmica do jantar temático

Entre as atividades promovidas pelo Sindivet-PR, no ano passado, está jantar temático da Carne de Cordeiro, em comemoração aos 250 anos do Ensino da Medicina Veterinária do Mundo. O encontro foi realizado em parceria com as principais cooperativas produtoras de carnes ovinas do Paraná e entidades representativas da medicina veterinária. ●

# Olhos voltados para o futuro



Amadeu Bona, coordenador do Curso de Medicina Veterinária da UFPR, alunos do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária da UFPR, Cezar Amin Pasqualin, presidente do Sindivet-PR

O presidente do Sindivet-PR, Cezar Amin Pasqualin, proferiu palestra para 55 estudantes que ingressaram em 2012 no curso de medicina veterinária da Universidade Federal do Paraná. O convite foi feito pelo coordenador do curso, professor Amadeu Bona Filho. O objetivo da palestra foi apresentar a profissão, relevância e desafios aos alunos, de forma leve e de fácil entendimento. ●

# Veterinária, exemplo de dedicação



Walkíria Ehl Machado fez o juramento da profissão de médica veterinária em 2011. Ela se formou pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – Uniguaçu

Walkíria Ehl Machado desde muito jovem ajudava a mãe a medicar cães e gatos em casa. Há 23 anos, começou a recolher animais de rua feridos e doentes, curando-os e, posteriormente, doando-os. Com o passar do tempo, pessoas traziam animais que encontravam em vias públicas para que providenciasse abrigo e tratamento. Foi assim que surgiu a ONG Koala Proteção Animal, em União da Vitória. Walkíria e o irmão Fernando decidiram fundar a organização para que pudessem ter apoio público e de um médico veterinário responsável. Mas isto não foi suficiente para Walkíria. Ela queria mais. Então tomou a decisão de estudar medicina veterinária. Na época, não havia na região nenhum curso superior na área, mas o respeito, o reconhecimento do valor dos animais e o amor por essas criaturas, foram fatores fundamentais. Começou a cursar medicina veterinária Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – Uniguaçu. Aos 58 anos, em 12 de agosto de 2011, proferir seu juramento. “Agora, como médica veterinária não apenas protejo meus irmãos como também curo seus males”, orgulha-se.

A ONG Koala Proteção Animal foi criada em 17 de outubro de 1991. É entidade filantrópica sem fins lucrativos, que atua no resgate e abrigo para animais domésticos e silvestres. Todos os membros da diretoria são voluntários. “Resgatamos e acolhemos bichos de qualquer espécie ou raça, prioritariamente feridos ou doentes, como também animais idosos, filhotes ou fêmeas gestantes abandonados. Animais silvestres, quando levados ao abrigo, após a recuperação total são devolvidos ao seu habitat”,

conta Walkíria. De acordo com ela, já passaram pela ONG veados, ouriços, tatus (8 filhotes criados com mamadeira), jaguatiricas, macacos-prego, bugius (2 criados com mamadeira), saguis, cágados, jabutis (a maioria vítimas de anzóis e atropelamentos), furão, tamanduá-mirim, caitetú, aves das mais variadas normalmente trazidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

A médica veterinária lembra ainda que nos arquivos da ong está a entrada de um puma resgatado pela Polícia Rodoviária Estadual. “Infelizmente, esse mamífero de aproximadamente 2 anos estava agonizando. Foi baleado e atropelado. O Koala doou o corpo à Uniguaçu. Feito um trabalho de taxidermia, o animal está agora à disposição para estudos dos acadêmicos do curso de medicina veterinária”.

Para Walkíria a participação do médico veterinário na questão da proteção dos animais é imprescindível e deve ser acima de tudo exemplo de dedicação, amor e respeito aos animais sejam eles domésticos ou silvestres. “Animais sadios resultam em humanos sadios”, enfatiza, se referindo ao trabalho do médico veterinário na área de inspeção sanitária. Em relação aos animais silvestres, ela acredita que o médico veterinário tem cada vez mais consciência e coloca seu conhecimento e empenho na preservação das criaturas das florestas, das águas e dos ares.

Agora, Walkíria tem responsabilidade dobrada em seu trabalho no Koala. “Hoje atuo, não somente como ambientalista, mas também como médica veterinária. Espero realizar mais um sonho: adquirir a área onde a entidade já está instalada há 14 anos e construir uma clínica veterinária”. E finaliza: “nós estudamos e nos formamos médicos veterinários para salvar vidas, acima de tudo”. ●



Walkíria com estudantes de veterinária da Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu – Uniguaçu

**Ana Maria Ferrarini,**  
jornalismo@crm-v-pr.org.br

# Começam trabalhos da Comissão Permanente de Controle da Raiva



Integrantes da comissão discutem ações de controle, vigilância e profilaxia da zoonose no Paraná

Promover a articulação entre as instituições governamentais e não governamentais a fim de desenvolver ações para o controle, vigilância e profilaxia da raiva no Paraná. Esta é a finalidade da Comissão Permanente de Controle da Raiva, reestruturada em

janeiro deste ano, por meio do decreto nº 3740, do governo do Paraná. De acordo com a médica veterinária Márcia Zinelli da Silveira, coordenadora do Programa Estadual de Controle da Raiva, da Secretaria Estadual da Saúde, a reestruturação da Comissão, que foi instituída pela primeira vez em 1972, está voltada ao novo perfil epidemiológico da raiva, com o aumento da notificação de casos da doença em morcegos em áreas urbanas.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná – CRMV-PR está representado na Comissão pelo médico veterinário Ângelo Garbossa Neto. Ele afirma que o papel do Conselho é importante nas ações voltadas ao controle da raiva, sobretudo na divulgação aos médicos veterinários e à comunidade sobre os diversos aspectos da zoonose. ●

**Ana Maria Ferrarini,**  
jornalismo@crmvp-pr.org.br

## Saúde

# Botulismo alimentar

O botulismo alimentar é uma doença não contagiosa, causada pela ingestão de alimento contaminado por uma exotoxina produzida pela bactéria *Clostridium botulinum* e se caracteriza clinicamente por manifestações neurológicas, inicialmente inespecíficas como cefaléia, tontura, evoluindo para ptose palpebral, visão turva, diplopia, disartria, disfagia, paralisia flácida descendente, com o aparecimento de dispnéia, insuficiência respiratória, tetraplégia, podendo ter evolução grave, com alta letalidade e com necessidade de hospitalização prolongada.

Seu período de incubação médio é de 12 a 36 horas, porém pode variar de 2 horas a 10 dias, dependendo da quantidade de toxina presente no alimento contaminado.

O esporo do *Clostridium botulinum* pode ser encontrado em qualquer lugar, ou seja, solo, água, poeira, matéria-prima, entre outros, porém para germinar e evoluir para a forma vegetativa, ou mais propriamente dito a bactéria, capaz de produzir a exotoxina necessita de algumas condições no alimento: ambiente de anaerobiose, isto é, alimento que propicie a ausência de ar em seu interior; pH acima de 4,6; atividade de água maior que 0,94.

Os alimentos mais comumente associados são: conservas vegetais em vidro ou lata; produtos cárneos cozidos, curados e defumados (salsicha, lingüiça, mortadela, carne frita conservada em gordura

– “carne de lata”); pescados defumados, salgados e fermentados; queijos e pastas de queijos.

Recentemente casos de botulismo envolvendo produtos de origem animal foram notificados ao Ministério da Saúde, alguns tiveram grande destaque na empresa nacional como um surto em 2011 no Estado de Santa Catarina, envolvendo 6 pessoas, com um óbito e em 2012 no Estado do Paraná, envolvendo 4 pessoas com 2 óbitos.

Devido à gravidade da doença e à necessidade dos responsáveis técnicos estarem preparados para a identificação dos fatores de riscos que envolvem a indústria de alimentos, o CRMV-PR, por meio da Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional de Produtos de Origem Animal do CRMV-PR (CSANPOA), firmou parceria com o portal Alimentos Online ([www.alimentosonline.com.br](http://www.alimentosonline.com.br)). A intenção é oferecer gratuitamente aos profissionais curso online sobre botulismo. ●

**Rose Aparecida Segs Viesba,**  
médica veterinária e membro da  
Comissão de Segurança Alimentar e Nutricional  
de Produtos de Origem Animal do CRMV-PR

# Medicina veterinária legal está em evidência



Foto: Divulgação

Médico veterinário Sérgio Túlio Jacinto Reis, perito criminal federal

Até setembro do ano que vem, médicos veterinários participam do curso de especialização em medicina veterinária, realizado na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), em parceria com a Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal – ABMVL e o Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado do Paraná – Sindivet-PR.

De acordo com o médico veterinário Sérgio Túlio Jacinto Reis, perito criminal federal e fundador da ABMVL, a medicina veterinária legal - conceituada como a aplicação dos conhecimentos próprios da medicina veterinária aos fins do Direito e da Justiça - é uma atividade com importância crescente, em razão da maior conscientização da população quanto aos seus direitos, aliada ao amplo espectro de atuações dos médicos veterinários. “Como peritos, podemos aplicar nossos conhecimentos técnico-científicos em procedimentos judiciais e extrajudiciais, elaborando laudos, informações e pareceres em relação a animais e produtos de origem animal, visando ao estabelecimento da justiça”, explica. Ao atuar como perito, segundo informações de Sérgio Reis, o médico veterinário será demandado principalmente em áreas como meio ambiente, alimentos, maus-tratos, clínica, patologia, avaliação de

rebanhos, seguro animal, saúde pública, bem-estar e proteção animal.

O médico veterinário afirma que no Paraná estão atuando peritos oficiais e peritos judiciais (ou louvados). Os peritos oficiais são concursados e remunerados pelo estado. Ele cita como exemplo o caso da Polícia Federal: “somos 26 em todo o país, mas há também os peritos estaduais, na Polícia Civil ou institutos de criminalística. Já para atuar como perito judicial é necessário ser nomeado pelo juiz em um processo específico, bastando para isso estar inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná – CRMV-PR”.

## Campo novo

Segundo Sérgio Reis, o campo da medicina veterinária legal e não é necessariamente novo. A lei nº 5.517, de 1968, que rege a profissão do médico veterinário, prevê a atuação do médico veterinário como perito. “Também sabemos de colegas que atuam nessa área há décadas”. Para ele, a atividade está mais em evidência hoje em razão de diversos fatores, principalmente os avanços decorrentes da Constituição de 1988, que ampliou o espectro de direitos e o acesso ao Poder Judiciário. “Mas essa evidência traz também muitas responsabilidades, em função dos efeitos que as perícias podem ter sobre o destino de muitas pessoas”, observa.

“Todos os dias vemos nos noticiários a importância da perícia como meio probatório”, considera o perito, acrescentando que cada vez mais a sociedade toma ciência da importância do exame forense em vestígios de crimes, o que se reflete em decisões judiciais. “Aqui no Paraná, por exemplo, temos perícias relevantes em diversas áreas, como crimes contra a fauna e tráfico de animais silvestres, mas ainda podemos e devemos avançar muito mais em temas envolvendo maus-tratos”, constata.

Importante destacar que o mercado de trabalho para o perito está em

crescimento justamente em função da maior evidência. “Cada vez mais médicos veterinários são chamados a atuar como peritos ou assistentes técnicos, em processos judiciais e extrajudiciais. A cada novo concurso vemos crescer o número de vagas para peritos oficiais. No caso do perito judicial, o profissional pode atuar em sua especialidade, como clínica, cirurgia, alimentos etc., paralelamente à atividade pericial, o que pode representar uma boa alternativa de complementação da renda”, sugere Sérgio Reis.

É bom salientar que, por enquanto, as maiores demandas estão relacionadas a processos cíveis, envolvendo partilha de bens, erro médico-veterinário, defesa do consumidor, avaliação e evolução de rebanho, mas “vemos um bom desenvolvimento também em algumas áreas e grande potencial em outras, como alimentos, meio ambiente e saúde pública”, destaca o médico veterinário.

Em relação à especialização na área, Sérgio menciona que já foi realizado curso na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e em outras universidades. Atualmente, é oferecida especialização em São Paulo e em Curitiba. Na capital do Paraná, pós-graduação está disponível na Universidade Tuiuti do Paraná, com duração de 18 meses. “Entendo que a especialização é a melhor forma de contribuir para o aperfeiçoamento das técnicas e protocolos na perícia veterinária, fornecendo um serviço de boa qualidade que ampliará ainda mais nossas possibilidades de trabalho”, finaliza. ●

**Ana Maria Ferrarini,**  
jornalismo@crm-pr.org.br

# Médico veterinário fala sobre empreendedorismo



Foto: Divulgação

Antonio Bacila

O olhar empreendedor do médico veterinário Antonio Bacila foi importante para que o profissional aproveitasse a oportunidade de abrir um negócio no Paraná. Empresário do setor de produtos veterinários, ele afirma que a formação em medicina veterinária foi expressiva na decisão, mas aliado a isto, foi necessária muita força de vontade. “As dificuldades de criar uma empresa na área de nutrição animal ficam mais suaves se você é um médico veterinário”.

Durante muitos anos, Bacila administrava fazendas de criação de bovinos, equinos e, em especial, ovinos. Quando em 1993, resolveu ser criador de ovelhas, passou a buscar a melhoria da digestibilidade dos animais a partir de algum aditivo nutricional que pudesse incrementar a digestão dos alimentos. Orientado pelo professor Metry Bacila, (falecido recentemente) começou a usar leveduras vivas (*Saccharomyces cerevisiae*) na alimentação dos ovinos, constatando rapidamente a importância dos resultados. Diante disso, abriu um laboratório para produzir suplementos alimentares para

animais, contendo leveduras, a fim de aumentar a digestibilidade dos alimentos e trazer resultados zootécnicos importantes à criação.

O empresário analisa o empreendedorismo na área da medicina veterinária ainda como muito inexpressivo. “Sendo muito claro e sincero, como tenho sido em toda a minha vida, vejo nossos colegas, com raras exceções, pensando apenas em clínicas veterinárias, de pequenos a grandes animais. Não vejo nos encontros, simpósios, congressos, debates a respeito de inovação. Inovar é a palavra do momento. Inovar é a chave para o sucesso. Para inovar não é preciso inventar. Inovar significa dar uma nova função ou forma de utilização a algo já inventado. O futuro de qualquer atividade ou produto está na inovação. Para inovar, é necessário pensar e ser um empreendedor. Nós veterinários temos que ter em mente que podemos “mais”. Podemos ser empreendedores em inúmeras áreas de nossa atuação. Temos que nos imaginar dirigindo, guiando,

levando as pessoas para o caminho da realização pessoal e do sucesso”.

Para ilustrar sua posição, Bacila cita que há dois anos estava num congresso de medicina veterinária e dois veterinários, recém-formados, pediram a ele sobre os produtos de sua empresa. “Após as minhas explicações, perguntaram o que eu fazia neste laboratório e eu disse que, além de ser o responsável técnico, era o dono. Dito esta palavra “dono”, os dois colegas me olharam com a cara de espanto, dizendo assim: você é o dono? E é veterinário?”. O relato, de acordo com Bacila, torna claro o entendimento do que se passa pela mente de muitos dos profissionais a respeito “das nossas funções, obrigações e direitos”.

Quanto ao relacionamento do empresário com os médicos veterinários, Bacila comenta que após anos de muitas dificuldades para a introdução de um novo conceito em termos de nutrição, onde a relação não era ruim, mas também não era de muita aceitação ou credibilidade, hoje relacionamento é excelente e, acima de tudo, fundamental”. Ele lembra que anos foram necessários para a construção de uma marca forte e de produtos de confiança. “Isto foi conseguido com conduta, ética, e respeito aos nossos colegas, eu diria, sem sombra de dúvida, que relacionamento é tudo. Digo que não basta ter um bom produto ou uma boa ideia. Sem relacionamento e sem amigos, não conseguimos avançar. Portanto, acrescento mais um conceito para o futuro, além da inovação, o relacionamento”, finaliza. ●

**Ana Maria Ferrarini,**  
jornalismo@crm-v-pr.org.br

# Aniversário: 13 anos da Academia Paranaense de Medicina Veterinária

**Por Clotilde de Lourdes Branco Germiniani e Jomar da Cruz Vieira de Souza  
Acadêmicos titulares da Acapameve**

Para nós que temos vivido o dia a dia da Academia Paranaense de Medicina Veterinária (Acapameve), o tempo fluiu rápido porque no transcurso destes 13 anos vimos buscando os melhores rumos para a Academia.

A motivação para a criação da Academia partiu de dois pontos fundamentais: primeiro, em 24 de outubro de 1997, os professores Jadyr Vogel e Sérgio Coube Bogado, ambos Acadêmicos Titulares da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, vieram a Curitiba a convite do Doutor Jomar da Cruz Vieira de Souza, e fizeram uma palestra no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, destacando a importância e o significado das Academias; em um segundo momento, Doutor Jomar, através de um ofício datado de 27 de outubro de 1997 e dirigido ao Doutor Paulo Moreira Borba, então Presidente do CRMV-PR, propôs a criação da Academia Paranaense de Medicina Veterinária. A proposta foi aprovada pelo Conselho em 15 de dezembro de 1997 e logo se estabeleceu um grupo de trabalho que fez toda a preparação necessária para dar embasamento à nova entidade.

Na noite de 26 de abril de 1999, aconteceu a sessão solene de instalação da Academia Paranaense de Medicina Veterinária. A solenidade foi realizada no Teatro da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, sendo que um público numeroso veio prestigiar este momento significativo da Medicina Veterinária paranaense.

O conceito de Academia vem da antiga Grécia e se aplica ao local em que as letras, as artes e as ciências são cultivadas. Os acadêmicos, portanto, são profissionais que se destacaram em sua atividade e o título é, sempre, vitalício, daí surgindo a denominação de imortais.

Os critérios para seleção de novos acadêmicos podem sofrer algumas variações, mas é habitual que seja feita uma análise minuciosa dos currículos dos candidatos e se procure considerar o benefício social resultante da atividade destes profissionais. O trabalho voltado para a coletividade e a projeção da profissão, fazendo-a respeitada e admirada pela sociedade são pontos importantes na difícil tarefa de seleção dos acadêmicos.

Por ocasião da solenidade de instalação da Acapameve tivemos a presença de um grande número de colegas, membros da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet). Na manhã do dia 26 de abril de 1999, a Abramvet realizou, em Curitiba, uma sessão plenária e, à noite, os ilustres colegas da Abramvet prestigiaram a instalação da nossa Academia e a posse dos dezessete Acadêmicos Titulares Fundadores. A presença maciça dos acadêmicos da Abramvet foi uma demonstração inequívoca de apoio à iniciativa paranaense de uma Academia Estadual de Medicina Veterinária e nos ofereceu a oportunidade de convivência com alguns dos mais respeitados nomes da Veterinária nacional que estiveram conosco nesta data. Vieram a Curitiba colegas que se destacaram em diferentes áreas de atuação da Medicina Veterinária e autoridades como o presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, o presidente

do Conselho Federal de Medicina Veterinária, presidentes de Sociedades e de Conselhos Regionais, presidentes dos Sindicatos e Diretores de Escolas de Veterinária.

Entre os propósitos da Acapameve estão a valorização da profissão, o incentivo às pesquisas de História da Medicina Veterinária e um programa homenageando quem colaborou para o desenvolvimento da Medicina Veterinária no Paraná.

Logo após a instalação da Acapameve foi eleita sua primeira Diretoria e, desde então, a Academia vem trabalhando para cumprir os desígnios propostos, procurando dignificar e destacar a contribuição dos Médicos Veterinários à sociedade. A Academia vem se empenhando para que nossos colegas tenham sempre presente a necessidade de pautar nossa atividade profissional dentro de princípios éticos e visando o benefício da sociedade.

Durante estes anos, ocorreu o falecimento de alguns confrades, houve acadêmicos que solicitaram seu desligamento da Acapameve e novos confrades foram selecionados visando a preencher as vagas surgidas. Foram eleitos e empossados dois Acadêmicos Honorários - os colegas Orlando Pessuti e Paulo Moreira Borba.

Foram agraciados com a Comenda Ordem do Mérito Veterinário o Médico Veterinário Doutor Benedito Fortes de Arruda e o Professor Doutor Metry Bacila e, mais recentemente, a Comenda foi outorgada aos colegas Professor Doutor Jadyr Vogel e Professor Doutor Sérgio Coube Bogado, bem como, ao Médico Sadi Coube Bogado. Temos um Membro Benemérito que é o Doutor Paulo Salamuni e contamos com uma Galeria de Vultos Eméritos, reverenciando a memória de Médicos Veterinários cujo trabalho construiu a tradição da profissão em nosso Estado.

Ao longo destes anos, através de sua Diretoria ou de seus Acadêmicos, a Acapameve esteve presente e participou ativamente de eventos marcantes da Medicina Veterinária no país e no exterior.

Outra iniciativa a ser destacada foi a criação do Museu de Medicina Veterinária do Paraná onde estão sendo reunidas peças que podem contribuir para a reconstituição da trajetória de nossa profissão.

Para não esquecermos o compromisso com o futuro, a Acapameve oferece o prêmio "Doutor Marcos Augusto Enrietti" aos formandos de Medicina Veterinária no Estado do Paraná com a melhor classificação dentro de sua respectiva turma. Este prêmio incentiva nossos jovens colegas e reverencia a memória de um dos grandes nomes da Medicina Veterinária paranaense.

Acreditamos que este conjunto de atividades vem demonstrando que os Acadêmicos procuram dar sua contribuição para a História da Medicina Veterinária e para sua projeção futura como profissionais essenciais para a saúde e o bem estar do homem e dos animais. ●



# Sobre a vedação de cirurgias em consultórios



Foto: Banco de Imagens - stockxchng

Uma das denúncias mais comuns que o CRMV-PR acolhe é a realização de procedimentos cirúrgicos em locais inadequados, principalmente em consultórios veterinários.

Desde o ano de 2000, está em vigor a Resolução nº 670/2000 do CFMV, que trata dos quatro tipos de estabelecimentos veterinários existentes, qual é a estrutura requerida para cada um deles e quais procedimentos podem ser realizados ou não em cada um.

Em seu Art. 6º, a referida Resolução deixa explícito que é vedado a consultórios veterinários realizarem cirurgias no local:

“Art. 6º Consultórios veterinários são estabelecimentos de propriedade de médico veterinário, destinados ao ato básico de consulta clínica, curativos e vacinações de animais, sendo vedada a internação e realização de cirurgia.”

Portanto, é totalmente proibida a realização de qualquer procedimento cirúrgico, independente da complexidade, em estabelecimentos classificados e registrados como consultórios veterinários. Isso ocorre porque do consultório médico-veterinário é exigido apenas dois cômodos pelo CRMV-PR, que

são uma sala de espera e um consultório, contendo poucos equipamentos, adequado somente para exames clínicos de animais, vacinação e curativos. Já as clínicas veterinárias e os hospitais veterinários, estes sim habilitados a realizarem cirurgias, devem possuir estrutura adequada para realizarem o procedimento, com segurança tanto para os pacientes quanto para as pessoas envolvidas.

As clínicas e hospitais veterinários necessitam de diversos equipamentos e estruturas adicionais, segundo a Resolução CFMV nº 670/2000 como, por exemplo, centro cirúrgico contendo sala para preparo do paciente; sala de antissepsia para lavagem de mãos e braços do cirurgião e equipe cirúrgica; sala de esterilização para os materiais utilizados e a sala cirúrgica propriamente dita. Essa última sala necessariamente deve conter equipamentos para assegurar o maior nível de segurança possível; entre os itens exigidos estão equipamentos para oxigenoterapia, sistema de iluminação emergencial próprio, mesa cirúrgica impermeável, mesas auxiliares; além de unidade de recuperação intensiva para o paciente (sala de pós-operatório).

Se um estabelecimento registrado no CRMV-PR como consultório veterinário realizar um procedimento cirúrgico,

estará cometendo uma infração à legislação vigente. O paciente estaria sujeito a riscos desnecessários, pois a estrutura de um consultório não atinge o mínimo para atender de maneira adequada um animal para um tratamento cirúrgico, tendo em vista também as possíveis complicações do procedimento. O estabelecimento estaria sujeito à aplicação de multa no valor de R\$ 8.000,00; dobrada na reincidência até o valor de R\$ 24.000,00 (Res. 682/2001: Art. 7º); o responsável técnico do estabelecimento estaria sujeito à aplicação de multa no valor de R\$ 6.000,00 reais, dobrada na reincidência até o valor de R\$ 24.000,00 reais (Res. 682/2001: Art. 6º); além de possível processo ético-profissional contra o médico veterinário:

“Res. CFMV 682/2001: Art. 7º O estabelecimento médico veterinário que deixar de cumprir as normas estabelecidas na legislação vigente pagará multa no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), dobrada na reincidência até o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).”

“Res. CFMV 682/2001: Art. 6º O médico veterinário ou zootecnista que permitir ao estabelecimento, sob sua responsabilidade técnica, infringir dispositivos contidos em Leis, Decretos, Regulamentos, Resoluções ou Portarias pagará a multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), dobrada na reincidência até o limite de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).”

Essas penalidades não impedem outras consequências, sejam civis, penais ou administrativas:

“Res. CFMV 682/2001: Art. 9º As penalidades aqui estabelecidas não derrogam outras, quer sejam civis, penais e administrativas.”

Lembramos que cada vez mais os clientes estão conscientes de seus direitos, e não é incomum a ocorrência de processos na esfera civil, visando à indenização por danos morais e materiais, contra profissionais liberais, especialmente os da área da saúde. A responsabilidade desses profissionais é de fornecimento de obrigações de meio e não de resultado. Ou seja, caso um animal já debilitado seja atendido cirurgicamente em uma clínica veterinária (por exemplo piometra, torção gástrica) e venha a óbito, desde que o médico veterinário comprove que utilizou as técnicas corretas, em regra não cabe condenação do profissional, pois não há obrigatoriedade ou garantia de resultados. Porém, se a mesma cirurgia fosse realizada em um consultório veterinário, o médico veterinário seria condenado. Explica-se: ainda que o animal tenha falecido em função do estágio avançado da doença, o médico veterinário não conseguirá comprovar que utilizou as técnicas corretas, especialmente em relação às técnicas assépticas. Não terá a princípio equipamentos importantes para auxiliar em possíveis complicações do procedimento e da anestesia, o que é mais um ponto negativo. Ainda que hipoteticamente imaginarmos um estabelecimento que tenha estrutura compatível com uma clínica veterinária, ainda assim o médico veterinário estará vulnerável no caso de processos civis: o consultório veterinário estaria atuando de forma irregular e realizando procedimentos não-autorizados. Normalmente, isso é suficiente para influenciar desfavoravelmente na decisão do juiz.

Em casos de cirurgias eletivas (esterilizações cirúrgicas, por exemplo), o risco na realidade é ainda maior para o médico

veterinário em caso de óbito ou complicação grave, tendo em vista que o animal não necessitava daquele procedimento para preservar a saúde e não estava sob qualquer risco de vida. Portanto, não há como justificar a realização do mesmo em local inadequado. Há juristas que entendem inclusive que cirurgias eletivas podem em alguns casos serem consideradas cirurgias que exigem resultados adequados, e não somente meios como no caso da prática curativa.

A realização de cirurgias em consultórios desvaloriza a vida animal e conseqüentemente o profissional médico veterinário clínico, que se ocupa de preservá-la. Além disso, há infração contra a conduta ética, no relacionamento com os clientes, que por desconhecimento permitem que o animal passe por um procedimento invasivo sem condições técnicas e estruturais mínimas. Ademais, há concorrência desleal com colegas que trabalham regularizados em clínicas e hospitais veterinários. Como a realização dos procedimentos sem estrutura adequada custa menos, isso pode atrair clientes dos estabelecimentos regularizados e que realmente oferecem condições e segurança aos seus pacientes durante o atendimento cirúrgico.

O CRMV-PR vem atuando constantemente na redução do número de consultórios que realizam procedimentos vedados – por meio de lavratura de Autos de Infração e mesmo processos ético-profissionais. Porém, infelizmente não é raro constatar a prática, em diversos municípios do Paraná. Com essa situação, ocorrem transtornos para os animais, clientes, próprios médicos veterinários que realizam tais procedimentos e estão sujeitos a multas, processos éticos e civis e, conseqüentemente, para a sociedade e classe médico-veterinária como um todo. ●

**Louise B. de Lorenzi Tezza**

CRMV-PR 9759

Assessora Técnica do CRMV-PR

**Ricardo Franco Simon**

CRMV-PR 6448

Coordenador de Fiscalização do CRMV-PR

## Fiscalização em números

Dados referentes ao 1º trimestre 2012

Autos de Infração: 355

Termos de Fiscalização: 1026

Termos de Visita a Profissionais: 157

# Aposentadoria do médico veterinário e zootecnista



Foto: Banco de Imagens - stock.xing

O aumento da expectativa de vida tem gerado novos desafios para os profissionais médicos veterinários e zootecnistas autônomos, entre estes o financiamento da aposentadoria. Se as pessoas viverão mais, então necessitarão de mais recursos para manter um padrão de vida confortável. Neste novo cenário, os profissionais precisam assegurar a qualidade de vida futura durante seus anos de atividade, visto a perspectiva ser a redução do benefício das aposentadorias concedidas pelo Estado, bem como o aumento da idade para esta concessão.

Subestimar o horizonte de tempo para acumulação do capital é um equívoco frequente, pois o que se guardou pode não ser suficiente para assegurar uma longevidade confortável. É necessário considerar que entre as características de muitas atividades, a medicina veterinária e a zootecnia exigem a presença do profissional para o exercício laboral, para obtenção da remuneração. Deste modo, limitações físicas decorrentes da idade tendem a reduzir, em determinado momento, a produtividade, caso a pressão da concorrência não o faça primeiro.

Até o final da década de 70, as poucas escolas de graduação existentes formavam um número reduzido de profissionais, criando uma distorção em favor destes. Nesta condição, bastava ao profissional exercer sua atividade e poupar, pois a margem de lucro era grande. As altas taxas de juros praticadas no mercado representavam outra característica deste cenário, estas permitiam uma remuneração generosa do capital aplicado, mesmo em alternativas de baixo risco. Nos mercados pouco competitivos, a punição não era tão severa como nos atuais mercados eficientes, por este motivo muitos profissionais ainda recordam com nostalgia os tempos passados.

Ocorre que, a partir da década de 80, sob influência do neoliberalismo (doutrina econômica que defende a liberdade de mercado) o cenário mudou. O avanço do capitalismo sobre a área de educação aumentou o número de formados. Como resultado, se deu a inversão das condições de mercado em favor do consumidor (cliente), o qual passou a ter opção da escolha do serviço com preços sendo reduzidos de modo progressivo face à concorrência entre profissionais.

A nova realidade tornou difícil para o profissional, em média, auferir grande renda, bem como reduziu a chance de assegurar o futuro apenas por meio da segurança da poupança do capital excedente. Devido à estabilização econômica do país, a taxa básica de juros da economia (taxa Selic) também foi reduzida, não mais oferecendo remuneração elevada sobre o capital investido. Surgiu a necessidade de buscar alternativas para alcançar a aposentadoria, em geral, expondo o capital a um risco maior, proporcional à estimativa do lucro estimado.

Assumir riscos geridos pela razão passou a ser necessário para o acúmulo de riqueza, pois a qualidade de vida futura dependerá, dentre outros fatores, das decisões financeiras tomadas no presente. Neste cenário, é fundamental o investimento em educação, além da técnica, financeira. ●

**Giorgia Bach Malacarne**  
Advogada da área da Saúde  
Procuradora do CRMV-PR  
AdvogadosI@crm-pr.org.br

# Bem-Estar Animal: discussão dispensável ou ainda necessária?



Foto: Divulgação

Atualmente vivemos debates acalorados sobre: uso de animais em experimentação, eutanásia, destino de animais em Centros de Controle de Zoonoses, abate humanitário, ou seja, a ciência do Bem Estar Animal está em destaque. E, isso não advém apenas do aspecto humanitário ser o foco da questão, mas também do fato de que animais, possuírem funções mentais cognitivas complexas, como: memória, consciência, e a capacidade de sentir dor e prazer.

Bem Estar Animal (BEA) pode ser definido como o estado experimentado por cada indivíduo, num determinado momento (específico) de suas vidas, em relação às suas tentativas de se adaptar ao meio ambiente. Devido a capacidade do animal sentir dor, e emoções, ligadas ao sofrimento emocional e mental (como medo e ansiedade, por exemplo) podemos, e devemos, melhorar as condições em que mantemos os animais sob a nossa responsabilidade.

A saúde física de um animal, da mesma maneira que a saúde mental, é geralmente definida por escalas que vão de péssimo a excelente (ou parâmetros equivalentes), com vários níveis intermediários dentre estes 2 extremos. Uma das definições clássicas de BEA, estabelecida pelo pesquisador inglês Donald M. Broom (1942 -), afirma: "BEA é o estado de um animal em relação às suas tentativas de se relacionar com o meio ambiente".

É certo que os animais possuem necessidades físicas e psicológicas, e que problemas físicos

acabam por gerar alterações psicológicas, e vice versa. O conceito fisiológico de homeostase (processos fisiológicos de regulação de um organismo que visam a manutenção de seu equilíbrio) é importante dentro das definições de BEA, pois é a partir deste que a manutenção de um ser vivo fundamenta-se. Mecanismos fisiológicos, e comportamentais, regulam as necessidades de um organismo, e se incessantemente for exigido de um animal esforço contínuo, para manter seu meio interno em equilíbrio, este indivíduo não será capaz de sustentar tal situação por longo período.

O estresse resultante desse processo levará, necessariamente, à doença física e, também ao deterioramento mental.

Quando submetemos um animal a um meio ambiente adverso, alterações anatômicas, fisiológicas e comportamentais ocorrem numa tentativa de restabelecer o equilíbrio, para se alcançar uma condição mais satisfatória. Num exemplo simples e básico: se a temperatura ambiental é alta, o animal pode aumentar a secreção de suor, ou tentar afastar-se da fonte de calor, se possível.

É comum que animais acometidos por processos patológicos desenvolvam primeiramente alterações comportamentais (por exemplo: gatos diminuem a auto-limpeza e a ingestão de alimento, ou procuram isolamento, antes do desenvolvimento, pelo menos mais explicitamente, de algum processo patológico). Estes mecanismos de ajuste foram desenvolvidos de acordo com a evolução de cada espécie, porém, fatores

individuais também determinam a forma como cada animal lida com o estresse, ou situações adversas.

Outro fator que afeta a adaptação individual é o histórico da domesticação de cada espécie. Quando, no passado, trouxemos os animais para o ambiente doméstico, forçamos estas espécies a tolerarem uma condição às quais não estavam adaptadas. Processos como seleção natural, e manipulação genética, levam gerações para produzir alterações comportamentais significativas, além disso, o grau de socialização, as experiências individuais, e o processo de aprendizado têm um papel predominante no comportamento e na adaptação ao ambiente.

Os sistemas fisiológicos respondem, na medida da intensidade, a esses desafios (ver figura 1) com liberações de hormônios e, também de neurotransmissores, tentando ajustar o organismo à essa situação. Contudo, um estado de saúde ainda satisfatório, não necessariamente irá refletir em bem-estar elevado, pois o equilíbrio mental, e emocional, podem não acompanhar, em iguais proporções, o estado geral do animal, com a possibilidade de alterar o bem-estar do indivíduo desproporcionalmente.

A alteração do comportamento 'normal' da espécie (aquele mais comumente apresentado, nas situações gerais de vida do animal), aspecto comumente visto em situações de animais de produção, em laboratórios, zoológicos, e mesmo em animais de companhia, ocorre quando mantemos esses indivíduos em locais sem estímulos ambientais apropriados, ou com restrição de oportunidades para executar comportamentos para essa espécie em questão. Indivíduos nessa situação podem manifestar desde comportamentos estereotipados (movimentos repetitivos sem função aparente) até varias desordens relacionadas a ansiedade e medo (como fobias, agressividade, dentre outras).

Alguns exemplos de comportamentos estereotipados são: o ato de andar repetindo o mesmo percurso (por longos períodos), comum em felinos em cativeiro; aerofagia

(ingestão de ar), comum em equinos estabulados; lambar-se, ou arrancar os pelos exageradamente, etc.

Grande parte das publicações sobre BEA enfoca animais de produção e/ou mantidos em zoológicos, contudo várias outras espécies são mantidas em situações muito próximas conceitualmente, logo, apresentando problemas semelhantes, se não exatamente iguais. A ciência do BEA está se desenvolvendo de maneira intensa nos últimos anos, e detalhada informação científica tem sido acumulada ao mesmo tempo que essa área do conhecimento vem ganhando espaço, não só dentro da comunidade científica, mas também dentro da população em geral.

Partindo do princípio que a maioria dos leitores deste artigo deve ser composta por estudantes, ou profissionais da área médica veterinária e/ou zootécnica, é relevante ter em mente a responsabilidade, no que se refere a prevenir e reduzir, o sofrimento dos animais sob nossa atenção, sejam de que espécie for, e não apenas de algumas em particular, às quais nos sensibilizamos por proximidade ou identificação pessoal.

Ainda, devemos destacar que dentre as situações que oferecemos para a manutenção das várias espécies em questão - desde o biotério até o animal criado em nossas residências - as situações de conflito, disputas sociais, merecem destaque, logo, dominar os princípios básicos dessa condição irá proporcionar importantes subsídios para controlarmos a qualidade da vida destas espécies, neste contexto em questão. Nosso grupo de pesquisa desenvolveu um estudo (publicado recentemente no Journal of the American Medical Veterinary Association, ver leitura recomendada) para avaliar a dominância entre gatos domésticos, nosso elemento de estudo, em relação ao uso de recursos com foco no enriquecimento ambiental. Devido o aumento dos estímulos oriundos dos enriquecimentos proporcionados, o BEA, dos indivíduos confinados pode sofrer consideráveis efeitos, e seus desempenhos exploratórios serão estimulados proporcionando, dessa maneira, condições de BEA mais privilegiadas.

Sentimentos animais?

Senciência é a capacidade de sentir, ou de um indivíduo ter, maior ou menor, consciência de si mesmo, e dos demais animais. Algumas espécies animais, por vários motivos, vivem próximas a nós - humanos - sendo que

declaramos que estas são merecedoras dessa atenção, em maior parte do que outras. Dedicamos essa diferenciada atenção apenas para algumas espécies em particular, por várias razões, como por semelhança a nós, ou alguma outra particularidade, e não por conceitos intrínsecos. Mas, será que estas espécies animais são realmente distintas, e merecem a atenção diferenciada?

Aqui nos defrontamos com um enorme desafio: como mensurar, avaliar, e, por fim, considerar o sentimento de um animal? Ainda que medidas fisiológicas e comportamentais sejam possíveis, quando de uma alteração no meio ambiente de um indivíduo, seja de que espécie for, isso será percebido e irá gerar consequências diferenciadas entre as espécies animais? Temos, com certeza, um enorme desafio para avaliar realmente esta questão.

### Fisiologia e estresse

Os sistemas fisiológicos: Sistema Nervoso Autônomo (SNA) e o eixo Hipotálamo-Hipófise-Adrenal (HPA) fazem parte dos principais sistemas que respondem, ou preparam os animais, para as mudanças ambientais.

A atividade do eixo HPA, ou do SNA, pode ser incrementada quando de situações corriqueiras no dia a dia, e não unicamente em situações de estresse. Quando o meio ambiente encontra-se apropriado, para o animal em questão, este é capaz de encontrar condições para satisfazer suas necessidades. E, quando na natureza, um animal (ou diferentes gerações de indivíduos da espécie, no mesmo contexto) não obtém sucesso numa dada situação, este pode tolerar medianamente o presente desafio, e ir adaptando-se ou procurar nova condição, o que não é verdade, pelo menos na velocidade de manifestação, com a vida doméstica que submetemos estes indivíduos.

Por fim, é possível constatar que, indubitavelmente, tanto a comunidade científica como a sociedade civil em geral, estão se preocupando com a questão animal, e mais pormenorizadamente com o BEA.

Destacando-se que zelar pelas necessidades dos animais é algo, no mínimo, importante para:

- melhorar as condições em nossos procedimentos experimentais,
- a produção de itens alimentares e/ou uso, de melhor qualidade,

- termos animais mais representativos de suas espécies (em zoológicos),
- ou ainda, em conseguirmos animais de companhia mais ajustados às situações de vida em nossos lares. Proporcionado assim maior ajuste com as famílias que os possuem, bem como minimizando as chances de manifestações de problemas comportamentais. Razão muito importante para o abandono desses e consequente aumento dos casos de zoonoses.

Entretanto o mais importante é vê-los como seres que possuem exigências, por vezes, muito semelhantes às nossas, ou alguém duvida que nós (denominados de humanos) não temos exigências mínimas? ●

### Leticia M. S. Dantas-Divers

Vínculo institucional: University of Georgia, College of Veterinary Medicine, Behavior Medicine Service.

Cargo (função): Professora Residente.

Especialidade: Comportamento Clínico e Bem-Estar Animal.

Endereço: Department of Anatomy and Radiology, College of Veterinary Medicine, 501 DW Brooks Drive, University of Georgia, Athens, GA 30602-7382 - USA  
E-Mail: lsdantas@uga.edu

### Gelson Genaro

Vínculo institucional mais relevante: FFCLRP-USP, Programa de Pós Graduação em Psicobiologia.

Cargo (função): Orientador Pontual.

Especialidade: Comportamento Animal.

Ecologia dos animais domésticos e Etologia  
Endereço: Caixa Postal 390, Centro, Ribeirão Preto, SP – CEP: 14001-970. Tel (16) 9777-8847. E-Mail: gelsongenaro@hotmail.com ou ggenaro@ffclrp.usp.br  
Site: www.gelsongenaro.com.br

### Leitura recomendada:

Comportamento e Bem-Estar de Animais Domésticos. 4 ed., Manole. D.M. Broom & A.F. Fraser, 2010.

Agonistic Behavior and Environmental Enrichment in Communally Housed Shelter Cats. Letícia M. Souza-Dantas; Sharon L. Crowell-Davis; Kelly Alford; Gelson Genaro; Jose Mario D'Almeida; Rita L. Paixão. Journal of the American Veterinary Medical Association., vol. 239, n. 6, September 15, 796-802, 2011

# As Comissões de Ética no Uso de Animais frente à atual exigência legal



Foto: Divulgação

O uso de animais de laboratório tem sido alvo de crescente preocupação ética em diversos países. Neste sentido, a atuação das Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs), associada à aplicação da legislação vigente, constitui ferramentas essenciais para o controle do uso de animais para fins experimentais.

As CEUAs têm a função de julgar o uso de animais em ensino e pesquisa. Segundo Paixão (2004), o foco de atuação de uma CEUA é o bem-estar animal e a avaliação do mérito científico da pesquisa, buscando o cumprimento dos Rs (Russell e Burch, 1992), que significam Substituição, Redução e Refinamento (do inglês Replacement, Reduction and Refinement) no uso de animais em pesquisa, ensino ou qualquer outra atividade científica. De acordo com Shapiro (2000), além de garantir tratamento ético aos animais usados para propósitos científicos, as CEUAs devem fazer uma análise utilitarista dos benefícios de um projeto em relação aos seus custos em termos de sofrimento animal. Assim, as CEUAs não podem restringir seus trabalhos à averiguação de condições de manutenção e da qualidade técnica dos procedimentos realizados, mas, em primeiro lugar, questionar se um procedimento deve ser realizado ou não (Bones et al, 2010).

Paixão (2004) relata que um dos primeiros países a organizar CEUAs foi a Suécia, cuja obrigatoriedade data de 1979. Sua missão era avaliar experimentos em relação à dor ou sofrimento aos animais. Com a revisão da Lei de Proteção Animal daquele país (Animal Protection Act- 1977) em 1988, todos os experimentos passaram a ter exigência de aprovação por uma CEUA antes de serem iniciados. Nos Estados Unidos, a revisão dos protocolos de pesquisa por CEUAs tornou-se obrigatória em 1985, em um dos processos de revisão da lei americana de bem-estar animal (Animal Welfare Act – 1966). Em se tratando da composição das CEUAs, diferentes países levam em conta categorias distintas de membros, mas de forma geral podem ser identificados Médicos Veterinários, representantes da ciência (professores ou cientistas) e representantes da sociedade comprometidos com a proteção animal (Middleton, 2005).

No Brasil, os primeiros relatos de CEUAs datam da década de 90, porém havia dificuldade de obtenção de dados, pois as comissões trabalhavam de forma isolada (Chaves, 2000). A partir de 2007, o então Colégio Brasileiro de Experimentação Animal iniciou uma campanha de cadastramento de instituições, biotérios e também de CEUAs (Frajblat, 2007), no sentido de organizar as informações relacionadas à existência e ao funcionamento das atividades desenvolvidas desses locais. Publicações científicas sobre o funcionamento das CEUAs também podem colaborar para um maior conhecimento da existência e atuação dessas comissões. Essas publicações são escassas, porém destacam-se os trabalhos referentes a comissões da Universidade Paranaense-UNIPAR (Ciffoni et al., 2001), Universidade São Judas Tadeu-USJT (Barbosa, 2005), Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG (Oliveira, 2008) e Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná- UFPR (Silla et al, 2009).

Em fevereiro de 2008, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) publicou a Resolução 879 (CFMV, 2008). Tal Resolução visa disciplinar, uniformizar e normatizar o uso científico de animais sencientes no ensino e na pesquisa médica-veterinária e zootécnica em nível nacional, através da criação de CEUAs nas instituições e do zelo pelo bem-estar animal, entre outras medidas. Além disso, a Resolução prevê o cadastramento de CEUAs nas áreas de medicina veterinária e zootecnia em todo o território nacional.

De forma semelhante, em outubro de 2008 foi aprovada a Lei Federal nº 11.794 (Brasil, 2008), também chamada de Lei Arouca, sendo em julho de 2009 aprovado o Decreto nº 6.899 (Brasil, 2009), que regulamenta a referida lei. Em suma, a Lei regulamenta a criação e a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica no Brasil. Tal lei determinou, entre outras providências, a criação do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA, cuja competência envolve o cumprimento das normas relativas à utilização humanitária de animais com finalidade de experimentação; o credenciamento de instituições para criação ou utilização de animais e a avaliação da implementação de técnicas alternativas ao uso de animais. A lei também estabelece a manutenção do Cadastro das Instituições de Uso Científico de Animais – CIUCA, dos procedimentos de ensino e pesquisa realizados ou em andamento, assim como dos pesquisadores, a partir de informações remetidas pelas CEUAs, presentes em todas as instituições de ensino ou pesquisa com animais. Compete ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) o licenciamento das atividades destinadas à criação de animais, ao ensino e à pesquisa científica de que trata a referida Lei.

No Estado do Paraná, a criação de CEUAs também é prevista por legislação. O Código Estadual de Proteção aos Animais do Paraná prevê a criação de CEUAs em locais nos quais ocorra vivissecção e a análise de projetos por parte dessas comissões é exigência legal desde 2003 (Paraná, 2003). Vale ressaltar que, no caso do Paraná, há exigências estaduais adicionais àquelas expressas nas normas federais.

O não registro das CEUAs junto ao CFMV e ao CONCEA implica em descumprimento institucional de normas federais. Consequentemente,

por ocasião de contestação de resultado do julgamento de protocolo científico ou eventual abertura de processo legal contra a instituição em questão, esta não terá plenos direitos de defesa. Adicionalmente, o não registro implica em um falso direito de realização dos experimentos utilizando animais por parte dos pesquisadores proponentes do projeto, no caso do protocolo ser aprovado após julgamento pela CEUA não cadastrada.

Observa-se que tanto a Resolução quanto a Lei determinam que as CEUAs tenham uma composição heteronomista. Em outras palavras, que sejam formadas por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, assim como representantes da sociedade civil e da proteção animal. Cabe aos Médicos Veterinários, além da participação da avaliação do mérito científico e da inexistência de alternativas para a pesquisa ou plano de aula, a análise cuidadosa a fim de julgar se os experimentos propostos são justificáveis e coerentes do ponto de vista técnico.

De acordo com o exposto, salienta-se a importância e a necessidade legal do registro de todas as CEUAs existentes em locais que utilizam animais em experimentação junto ao cadastro nacional mantido pelo CONCEA/MCTI, assim como a recomendação de cadastro junto ao CFMV. Somente com a organização e disponibilização de informações e coerência de atuação as CEUAs, estas poderão promover um sólido avanço ético na utilização de animais para experimentação. Além disso, tendo em vista o papel majoritário e fundamental dos Médicos Veterinários na composição dessas comissões, é nosso dever legal e moral agir no sentido do cumprimento da legislação vigente. Isso inclui não apenas a participação ativa em CEUAs estabelecidas em instituições que realizam experimentos com animais, mas a atitude proativa no sentido de regulamentar a atuação destas perante a União. ●

**Vanessa Carli Bones e Carla Forte Maiolino Molento**  
Médicas veterinárias

## Bovinocultura do leite

# Rentabilidade ao pequeno produtor



Estande de bovinocultura reforça produção e consumo do leite

O estande de bovinocultura, situado na Via Rural, foi uma das atrações da ExpoLondrina 2012. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apresenta em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e outras empresas, o projeto Vitrine do Leite.

Segundo os coordenadores do projeto, Priscila Estevão e o médico veterinário Paulo Tadatashi Hiroki, o programa tem dois objetivos: valorizar a produção de leite do produtor e incentivar o seu consumo para a população urbana. O foco é incentivar o consumo de leite para as crianças em idade escolar e valorizar o trabalho do produtor. “Geralmente a população urbana,

especificamente as crianças, sabem apenas as etapas da indústria e do mercado, não conhecendo a fase da produção e a propriedade rural, que é a maior responsável por todo o leite produzido. As crianças precisam ter noção de que existem muitas pessoas envolvidas para o leite chegar à nossa mesa”, acrescenta a coordenadora.

Importante no crescimento das crianças, o leite é um dos alimentos mais nutritivos existentes na natureza. Paulo Hiroki enfatiza a necessidade de o consumidor estar atento com os carimbos de inspeção. “O consumo deve ser feito de produtos com origem conhecida. Isso é garantido pelo carimbo dos serviços de inspeção, significando que passou

pela análise de um médico veterinário”, alerta o veterinário. O projeto mostra toda essa importância de uma forma didática.

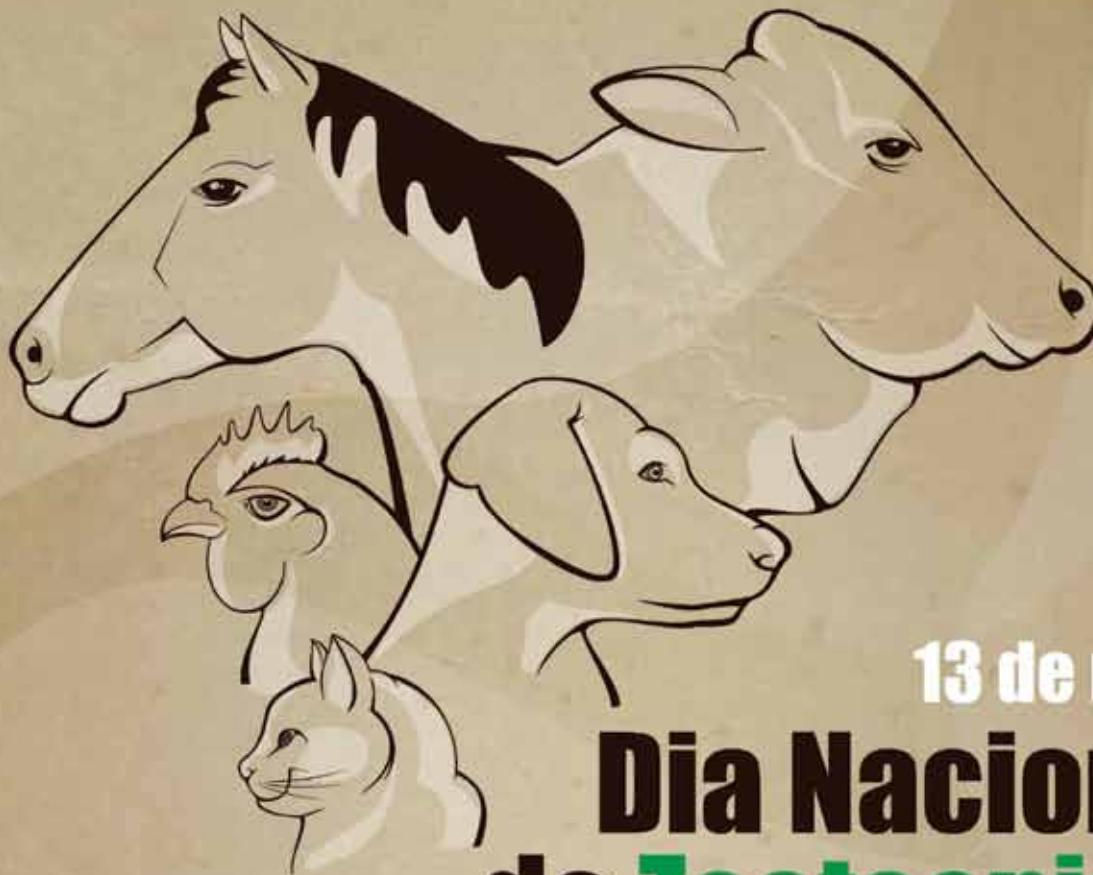
## Rentabilidade

De acordo com a veterinária Kelly Molin de Almeida, a bovinocultura do leite é uma cadeia muito importante na produção do Brasil, pois é uma das atividades mais rentáveis e viáveis para o pequeno produtor, movendo a agricultura familiar.

A veterinária explica que a produção do leite é diferente das outras culturas, que exigem uma propriedade de terra maior. “O leite é uma atividade que o pequeno produtor ainda consegue se manter, por isso prioriza o desenvolvimento de simples e pequenas práticas”, enfatizou Kelly.

A saúde do animal é um fator muito importante e o produtor deve estar sempre atento, pois pode interferir no leite. O produtor também precisa estar sempre atento ao que a legislação exige, pois algumas vacinas são obrigatórias. ●

**Assessoria de Comunicação**  
CRMV-PR/Emater



13 de maio  
**Dia Nacional  
do Zootecnista**

## Mensagem do CRMV-PR aos Zootecnistas do Paraná

O Brasil e o Paraná são destaques mundiais na produção pecuária. O resultado se deve em grande parte ao trabalho realizado pelos Zootecnistas, que atuam na pesquisa e extensão rural, na assistência técnica aos produtores rurais e nas áreas de melhoramento genético, manejo e nutrição dos rebanhos. Desempenham suas funções sem descuidar do bem estar animal, da preservação ambiental e da manutenção da biodiversidade. Assim, sem alarde, atuam os Zootecnistas.

No dia 13 de maio é comemorado o Dia Nacional do Zootecnista e nada mais justo que recebam homenagens e celebrem a data com orgulho.

O CRMV-PR se junta a todos aqueles que reconhecem o valor do trabalho do Zootecnista e presta a esses profissionais suas homenagens.

**Parabéns Zootecnistas do Paraná!**



**CRMV PR**